

Mais forte foi o repúdio da sociedade

Bolsonaro tentou manter o aprendiz de nazista no cargo

Fotomontagem HP

Copiou fala, trejeitos e cenário de Goebbels e teve anuência do chefe

Na véspera tinha feito altos elogios ao seu "secretário de verdade" e dado carta branca para o "Goebbels de araque" implantar a visão tacanha do bolsonarismo na Cultura. É sintomático que o ex-secretário de Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, tenha se identificado com uma das figuras mais sinistras

e odiosas do terror nazista. Joseph Goebbels era um dos assassinos mais alucinados e sanguinários do regime alemão. Chegou a substituir Hitler quando este, ainda em liberdade condicional, estava impedido de falar em público após o fracassado Putsch da Cervejaria. O repúdio veio dos mais diversos setores da sociedade brasileira e da comunidade internacional. **Página 3**



HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.741 22 e 23 de Janeiro de 2020



1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Flávio manobra para paralisar a investigação de seus crimes

Muito próximo de ser denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por lavagem de dinheiro e peculato, o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, tenta outra cartada para se livrar das ações da Justiça. Entrou no dia 18 de dezembro com um novo pedido, o quarto, junto ao STF, para que as investigações de seus crimes e de seu operador, Fabrício Queiroz, sejam paralisadas. **Página 3**

MEC é reprovado na prova do Enem

Em primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do governo Bolsonaro, um erro nos gabaritos pode prejudicar a nota de até 39 mil participantes. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu que notas foram divulgadas com erros. **P 4**

Política de privatização da Previdência leva caos a INSS



Benjamin Ferencz, o procurador-chefe dos julgamentos de Nuremberg.

“EUA violou lei internacional ao assassinar Suleimani”, diz Promotor de Nuremberg

O recente assassinato do general Qassem Suleimani, comandante militar do Irã, representou “claramente” uma violação da “lei nacional

e internacional” pelos Estados Unidos, denunciou Benjamin Ferencz, único promotor vivo entre os que participaram dos julgamentos de nazistas

por tribunais americanos em Nuremberg, na Alemanha. Para ele, a ordem de Trump é a opção dos que preferem “guerra à lei”. **Página 7**

Em meio ao caos instalado nos serviços de aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o governo publicou por meio de decreto, a inclusão da Dataprev no programa de privatização do governo federal. O decreto foi publicado no Diário Oficial na quinta-feira (16). A Dataprev é a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, responsável pelo processamento

do pagamento mensal de cerca de 35 milhões de benefícios previdenciários. Junto ao desmonte da Dataprev, o governo também iniciou desde o ano passado o desmantelamento do INSS, mantendo um número reduzidos de funcionários, assim como a aniquilação de sua estrutura, até chegar à situação atual em que cerca de 2 milhões de pessoas não têm atendidos os seus pedidos. **Página 5**

“A merdocracia neoliberal neofascista está aí para quem quiser ver”, declara juiz Neto

O Instituto Nacional de Advocacia (Inad) - uma Ong com sede na Barra da Tijuca, Rio - não tem razão para pedir a punição do juiz Jeronimo Azambuja Franco Neto por sua fundamentação na sentença da causa do Sindicato

dos empregados de hotéis de São Paulo contra o restaurante “Recanto da XV”. Para o juiz, “a merdocracia neoliberal neofascista está aí para quem quiser ou puder ver. A ela esta decisão não serve, pelo contrario”. **Página 3**

Engenheiros contestam as mentiras de Mattar sobre Eletrobrás: estatal tem apresentado lucros bilionários

A Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel) contesta as afirmações do secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, de que a estatal está endividada e por isso tem que ser privatiza-

da, sob risco do governo ter que injetar R\$ 14 bilhões por ano na Eletrobrás. “A Eletrobrás não é uma empresa deficitária. Em 2018 registrou lucro recorde de R\$ 13,3 bilhões e até o terceiro trimestre de 2019, R\$ 7,6 bilhões”, declarou a entidade. **P 2**

Auxiliar de Guedes vira réu por arrombar Fundo de Pensão

Após reunião com Paulo Guedes, relator defende fim do piso da Saúde e Educação

Plano é tirar os recursos das despesas obrigatórias com o povo e doar a bancos

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira (15/1), o senador Márcio Bittar (MDB-AC) afirmou à imprensa que vai inserir no texto da Proposta Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo, o fim do piso mínimo obrigatório de recursos que a União, estados e municípios devem destinar à Saúde e à Educação.

O parlamentar é o relator da proposta de emenda à Constituição do Pacto Federativo na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Uma das três PECs apresentadas pelo governo ao Congresso Nacional com o objetivo de golpear as despesas obrigatórias da União, estados e municípios com a população, entre outros crimes.

Deixando bem claro que estava atendendo ao pedido de Paulo Guedes, o senador afirmou que se dependesse da sua vontade, ele avançaria com a desvinculação de todas as receitas.

“Ele [Paulo Guedes] já declarou várias vezes que é a favor. Agora, temos que fazer uma checagem. Mas se depender de mim, desvincula. Eu apresento como acho que deve ser. Vai ser aprovada ou não? Vamos para o debate”, declarou Bittar à Folha de S.Paulo.

Por diversas vezes ao longo do ano passado, o ministro da Economia de Bolsonaro defendeu o fim do piso constitucional que determina que Estados devem destinar 12% da receita à Saúde e 25% à Educação, e os Municípios devem alocar 15% e 25%, respectivamente.

O governo federal também tem um piso determinado para essas áreas, mas com a entrada em vigor do teto de gastos em 2016, o percentual mínimo a ser aplicado está veiculando hoje ao montante que foi destinado no orçamento do ano anterior, mais correção da inflação.

A proposta de acabar com o piso para a Saúde e Educação gerou enorme resistência da sociedade. Ainda assim, Guedes apresentou ao Senado um novo plano, que consiste num mecanismo com porcentagens menores para a Saúde e a Educação de forma global, somada – ou seja, as duas áreas disputaria a mesma receita mínima.

Paulo Guedes quer acabar com o piso mínimo obrigatório para a Saúde e Educação para elevar ainda mais os ganhos de seus amigos banqueiros, e porque ele repele qualquer política que proteja o povo brasileiro.

Mesmo com os graves problemas verificados no dia a dia no sistema de Saúde e Educação, é o piso que garante o acesso universal à Educação Básica e ao Sistema Único de Saúde, por exemplo. Com o fim da garantia mínima, a Educação e a Saúde brasileira podem entrar em colapso, já que nem o mínimo para atender às necessidades básicas da população estará garantido por lei, a pretexto de promover o “equilíbrio fiscal” – o mesmo argumento usado pelo governo Bolsonaro para saquear as aposentadorias dos trabalhadores.

17 fábricas fecharam por dia de 2015 a 2018

Entre 2015 e 2018, encerraram suas atividades 25.376 unidades industriais, de acordo com um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado pelo Estadão.

Pelo menos 17 indústrias fecharam as portas por dia no Brasil ao longo de quatro anos. Em termos absolutos, o Estado de São Paulo, o maior parque industrial do país, encerrou 7.312 unidades, o equivalente a uma redução de 7%, segundo a pesquisa.

Em 2014, no Brasil havia 384.721 unidades industriais de transformação. Os números refletem a dificuldade da indústria brasileira de repor as perdas durante o período mais intenso

da recessão econômica (entre 2014 e 2016).

Nos últimos 3 anos, a economia brasileira ficou bem distante de alcançar os números de antes da recessão, isto porque os governos que se seguiram à Dilma Rousseff mantiveram intocada a política de arrocho fiscal, cortes nos investimentos públicos, desmonte do estado e prioridade na especulação financeira.

A produção industrial brasileira caiu -1,2% em novembro de 2019 em relação a outubro e acumula uma queda de 1,1% nos onze meses do ano passado, segundo os últimos dados divulgados pelo IBGE. Leia a matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/desindustrializacao-encerra-17-fabricas-por-dia-de-2015-a-2018/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Indicadores econômicos caem e frustram arautos da ‘recuperação’



Foto: Marcelo Casali/Agência Brasil

“Noticiaram Natal bom e aumento de vendas que não se traduziram em aumento de arrecadação”, destacou Eduardo Stranz da CNM

Repasse da União cai 10,7% e “assusta muito os prefeitos”

O primeiro repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para às prefeituras deste ano foi 10,74% menor do que o montante distribuído no mesmo período de 2019. Considerando a inflação, o impacto negativo chega a 13,16%, aponta o estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo o consultor da CNM, Eduardo Stranz, “a queda assustou muito os prefeitos e a CNM porque foi noticiado pelos veículos de comunicação que o Natal foi bom, que houve aumento das vendas, mas isso não se traduziu em arrecadação de IPI e de Imposto de Renda”, disse Stranz ao Valor.

De acordo com o levantamento da entidade, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a redução abrupta no repasse do FPM, referente ao período de 1º a 10 de janeiro, foi influenciada pela queda da arrecadação no decênio anterior – de 20

a 30 de dezembro. “Esse 1º decênio, geralmente, sempre é o maior do mês e representa quase a metade do valor esperado para o mês inteiro”, explica a confederação no documento.

O repasse do FPM realizado na última sexta-feira (10) corresponde a cerca de 2,8 bilhões (valor líquido), já descontada a retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em valores brutos, incluindo o Fundeb, o montante é de R\$ 3,51 bilhões (valor Bruto) – o que representa uma queda de 10,74%, na comparado com mesmo decênio do ano anterior, no qual o valor recebido foi de 3,93 bilhões.

Ao considerar o comportamento da inflação, a queda foi de 13,16% em relação ao mesmo período do ano anterior, destaca a CNM que vê a situação como preocupante já que o fundo é a principal fonte de receita para a maioria das prefeituras.

“O FPM, bem como a maioria das receitas de transferências do País, não apresenta uma distribuição uniforme ao longo do ano. Quando avaliamos mês a mês o comportamento do fundo nos repasses realizados pela Receita Federal, nota-se que ocorrem dois ciclos distintos. No primeiro semestre estão os maiores repasses do FPM (fevereiro e maio), mas no outro ciclo, entre os meses de julho a outubro, os repasses diminuem significativamente, com destaque para setembro e outubro”, explicam os técnicos da CNM.

O documento da CNM que pode ser lido no site da entidade, assim com no site do HP: <https://horadopovo.com.br/primeiro-repasse-da-uniao-cai-10-7-e-assusta-os-prefeitos/>

O FPM é abastecido com 24,5% do salário de renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ambos de competência federal.

Para nomear amigos, presidente da Casa da Moeda destituiu comitê

Indicado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para conduzir a privatização da histórica Casa da Moeda, Eduardo Zimmer Sampaio logo que assumiu substituiu os integrantes do Comitê de Elegibilidade da estatal para aprovar a nomeação de seu amigo Saudir Luiz Filimberti para o cargo de diretor de Inovação e Mercado da empresa, com salário superior a R\$ 40 mil por mês.

No dia 29 de maio do ano passado, o ex-diretor do Detran do Rio Grande do Sul e proprietário de uma empresa de transporte, Saudir Luiz Filimberti, teve seu nome rejeitado pelo comitê que avaliava o currículo dos indicados à diretoria da Casa da Moeda por “ausência de preenchimento dos requisitos”, para a diretoria a qual fora indicado, informou a Folha de São Paulo.

De acordo com o relatório do comitê, Filimberti não comprovou experiência e nem apresentou elementos comprobatórios de ter ocupado por 4 anos cargo em comissão ou função de confiança equivalente ao nível de direção para o qual foi designado. De acordo com o estatuto da Casa da Moeda, “a empresa disporá de um comitê de Elegibilidade que visa auxiliar os acionistas na verificação de conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais”.

Eduardo Zimmer, que

foi nomeado no mesmo dia em que Filimberti teve seu nome reprovado, na busca de garantir a presença do amigo, destituiu o Comitê de Elegibilidade. Confirmada a possibilidade, os integrantes do comitê foram trocados na segunda quinzena de junho.

Desta forma, Zimmer indicou seu atual chefe de gabinete e a superintendente de Recursos Humanos para ocupar os cargos no Comitê de Elegibilidade. Até então, o comitê era composto por dois funcionários do departamento jurídico e um auditor, como o estatuto da estatal recomenda.

VIVENDAS DA BARRA

Esse novo comitê aprovou a nomeação de Filimberti no dia 26 de junho. Transferido para o Rio de Janeiro em julho, Filimberti dividiu com Zimmer uma casa no Condomínio Vivendas da Barra, localizado na Barra da Tijuca, até o mês de dezembro.

O condomínio é famoso por ser o mesmo local onde mora o presidente Jair Bolsonaro e também local de moradia do sargento aposentado da Polícia Militar, Ronnie Lessa, que é o principal suspeito de ter assassinado a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

Além de Filimberti, o atual comitê aprovou o nome

de Fábio Rito, que também havia sido rejeitado pelos antigos integrantes do Comitê de Elegibilidade. Fábio Rito defendeu em uma entrevista no último dia 13 deste mês, a privatização da estatal e o enxugamento do quadro funcional. Após as declarações, os trabalhadores da Casa da Moeda ocuparam a empresa e a direção foi obrigada a sair sob escolta dos seguranças.

Outro nome também aprovado pelo grupo de privatistas que assumiu o controle da estatal foi o do então chefe de gabinete de Zimmer, Marcelo da Silva Corleto, para o comando da área de Compliance, função que, a partir desta indicação, passou a ter status de diretoria. Corleto também morou temporariamente com Zimmer e Filimberti no caso no Condomínio Vivendas da Barra. Ou seja, transformaram a Casa da Moeda numa “ação entre amigos”.

PRIVATIZAÇÃO

A Casa da Moeda é uma das 19 estatais que Jair Bolsonaro promete vender para a iniciativa privada. Zimmer foi escolhido pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, com a missão de estabelecer condições para a privatização da Casa da Moeda. Assim que assumiu a estatal, a nova direção proibiu atividades sindicais nas dependências da empresa, no Rio de Janeiro.

Produção industrial, comércio varejista e setor de serviços recuam em novembro e “prévia” do BC aponta cerca de 1% para o PIB no primeiro ano de Bolsonaro

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou variação de apenas 0,18% em novembro na comparação com outubro, quando havia registrado 0,17% e em seguida revisado para 0,09%. Os dados foram divulgados na quinta-feira (16/1).

Os números da produção industrial, do comércio varejista e do setor de serviços no mês de novembro derrubaram todas as expectativas, previsões e fantasias em relação à recuperação econômica apreçada por Bolsonaro e Guedes.

Os dados da venda do comércio varejista, divulgados no dia anterior, quarta-feira (15/01), pelo IBGE, decepcionaram o “mercado” que projetava um crescimento de 1,1% frente a outubro e de 3,9% em comparação com outubro do ano passado, segundo economistas ouvidos pela agência Bloomberg, diz a Folha.

A decepção afetou até a Bolsa, que registrou o pior pregão de 2020 na quarta-feira (15), após a divulgação dos dados do comércio varejista.

“Entendemos que se trata de uma grande frustração de expectativa com relação ao ritmo da recuperação da atividade econômica nesse quarto trimestre de 2019”, diz relatório da XP Investimentos, fundo especulativo que apostava tudo no “marketing” da recuperação.

QUEDA GENERALIZADA

Ainda que alguns setores insistam em comemorar uma alta de 0,6% no comércio varejista restrito, o comércio varejista ampliado (que inclui veículos, motos e peças e par-

tes, mais material de construção) recuou -0,5% no mês da badalada Black Friday. Com destaque para o segmento de hipermercados e supermercados, que tem o maior peso no setor do varejo, segundo o IBGE, que ficou estagnado em 0,0%.

A produção industrial caiu 1,2% no penúltimo mês do ano e o setor de serviços, que responde por mais de 75% da formação do PIB, teve o seu pior novembro desde 2016, com queda de -0,1%.

PIB

O IBC-Br é considerado uma “prévia do PIB”. De janeiro a novembro acumula uma alta de 0,95% e em doze meses 0,9%, o que aponta para um crescimento da economia no primeiro ano do governo Bolsonaro menor do que o verificado nos anos 2017 (1,3%) e 2018 (1,3%), após a maior recessão da história do país (2014-2016).

Ou seja: o que os dados revelam é que não houve avanço na economia no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, pelo contrário.

A inflação disparou com o aumento nos preços dos alimentos, combustíveis, energia, entre outros produtos básicos, e o desemprego se soma à alta informalidade rebaixando o poder de compra de milhões de brasileiros.

O PIB é soma de todos os bens e serviços produzidos no país e o resultado anualizado serve como índice de crescimento da economia. O resultado oficial será divulgado no início de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CNI: faturamento, emprego e horas trabalhadas recuam

A pesquisa de Indicadores Industriais de novembro, os últimos disponíveis, apurados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgados na sexta-feira (17) apontam reduções em todos os seus indicadores, na comparação do acumulado de janeiro a novembro de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, exceto o infimo +0,3 ponto percentual da Utilização da Capacidade Instalada (UCI), descontado os efeitos sazonais (78,2% em novembro de 2019).

O faturamento real da indústria brasileira no período teve uma queda de -0,9%. O número de horas trabalhadas recuou -0,4% e o nível de emprego no mesmo sentido teve uma variação de -0,3%.

A Massa salarial e o Rendimento Médio Real tiveram, respectivamente, reduções em -1,5% e -1,3%. As comparações estão calculadas com a exclusão dos efeitos sazonais.

“O ritmo de crescimento da indústria, especialmente no início de 2019, foi frustrante. Com isso, o faturamento, o emprego e as horas trabalhadas na produção devem ter fechado o ano com pequenas quedas

na comparação com a média de 2018. A massa salarial e o rendimento médio do trabalhador devem ter quedas mais acentuadas” diz o economista da CNI Marcelo Azevedo.

Há décadas vivendo sob uma pressão inaudita dos juros escorchantes cobrados pelos bancos, obstruindo o consumo e os investimentos, e a concorrência desleal do câmbio que favorece as importações, a indústria brasileira, principalmente aquela de proprietários nacionais, mais vulneráveis às desigualdades desses fatores em relação às indústrias estrangeiras, sobrevivem com muito pouco a comemorar.

O ano de 2019 segue nesse sentido frustrando muitas expectativas com o governo Bolsonaro. O ministro Guedes passou 2019 sem apresentar nenhum esboço de política industrial, diminuindo alíquotas de produtos importados e favorecendo as importações em relação a produção nacional, torpedeando o BNDES, reduzindo drasticamente a capacidade de investimento do banco, assim como elevando seus custos.

Engenheiros contestam mentiras de Salim Mattar sobre Eletrobrás

A Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel) contesta as afirmações do secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, de que a estatal está endividada e por isso tem que ser privatizada, sob risco do governo ter que injetar R\$ 14 bilhões por ano na Eletrobrás.

“A Eletrobrás não é uma empresa deficitária. Em 2018 registrou lucro recorde de R\$ 13,3 bilhões e até o terceiro trimestre de 2019 já tinha apresentado lucro líquido de R\$ 7,6 bilhões”, declarou a entidade ao Estadão.

A associação afirma que somente este ano a Eletrobrás injetou R\$ 700 milhões no caixa do governo em forma de dividendos, e que nos últimos 11 anos foram transferidos ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 16 bilhões.

“Se hoje a Eletrobras preferire repassar dividendos bilionários para os seus acionistas, entre eles a União, em detri-

mento de realizar investimentos, é uma opção dos seus controladores, no caso, o governo. O governo é quem tem que decidir se quer os investimentos ou se quer os dividendos. Só não dá para maximizar os dividendos e reclamar da falta de investimentos. Isso é propagar desinformação, mentiras e incoerência”, afirma a nota da Aesel.

Segundo o próprio presidente da empresa, Wilson Ferreira Júnior, a geração de caixa da estatal vai ultrapassar os R\$ 10 bilhões no final de 2019.

Porém, ao invés de investir, Ferreira transferiu os recursos da estatal para o Tesouro e reduziu o quadro de funcionários da estatal de 26 mil para 12,5 mil desde o início de sua gestão em 2016, visando o desmonte da companhia e sua privatização. Leia matéria completa no site da Hora do Povo: <https://horadopovo.com.br/engenheiros-contestam-mentiras-de-mattar-sobre-ele-trobras/>



Deputada federal Jandira Feghali (PCdoB)

Jandira entra com representação contra corrupção na Secom

Líder da Minoria na Câmara acionou a Comissão de Ética da Presidência devido a “conflito de interesse” na Secretaria de Comunicação Social

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara Federal, acionou a Comissão de Ética da Presidência, nesta sexta-feira (17), denunciando a corrupção na Secretaria de Comunicação Social (Secom). Conforme a representação protocolada pela parlamentar, o vínculo de Fabio Wajngarten, chefe da Secom, com empresas contratadas pelo próprio órgão federal configura “conflito de interesse”.

Jandira anexa ao documento a reportagem da Folha de S.Paulo que acusa o favorecimento da Secom à FW Comunicação e Marketing, empresa da qual Wajngarten é sócio e que tem contrato com redes como Globo, Band e Record. Segundo a Folha, o chefe da Secom já se encontrou ao menos 67 vezes com clientes e ex-clientes da sua empresa.

“Os princípios da publicidade e da transparência dos atos administrativos exigem que o representado explique em que circunstâncias se deu a renovação dos contratos com as empresas clientes da FW Comunicação e Marketing”, sustenta a representação. “Ao que tudo indica o representado não comunicou à Comissão de Ética da Presidência da República sobre os negócios da FW Comunicação e Marketing.”

Cristovam Buarque lança “Como a Esquerda elegeu a Direita no Brasil”

O ex-ministro da Educação do governo Lula e ex-senador pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque (Cidadania), lançou nesta semana um livro com o título em inglês “Como a Esquerda elegeu a Direita no Brasil”.

Em português o livro recebeu o título de “Por que falhamos – O Brasil de 1992 a 2018”. Na obra o autor analisa o que considera os erros do bloco progressista que levaram à eleição de Jair Bolsonaro.

“Entregamos o governo em depressão. Não criamos a utopia. A única utopia viável era o Brasil ser um dos melhores países do mundo em Educação e uma estratégia para que, em 20 ou 30 anos, os pobres tivessem uma escola tão boa quanto a dos mais ricos”, disse ele.

“A primeira coisa é aceitar que erramos. Podem não ser esses os erros, mas erramos. Se nós não tivéssemos errado, o presidente não era o Bolsonaro. Era alguém do PSDB, alguém do PT, do PSB, do PDT. Era alguém desse bloco”, avaliou Cristovam, que na entrevista de quinta-feira (16) disse ao jornal O Globo que os projetos do PT e PSDB eram parecidos e os dois partidos podiam ter se unido.

“PSDB e PT, entre outros partidos, não foram capazes de se unir em torno de um projeto de país e ceder à corrupção”, afirmou o ex-senador.

“Aliás”, disse ele, “um erro grave foi o de cair na corrupção”, “Quando eu digo nós”, eu não digo to-

dos. Eu não caí. Mas faço questão de colocar no mesmo bloco. Nós, como bloco, toleramos a corrupção, o aparelhamento do Estado, convivemos com as mordomias. Não acabamos com as mordomias, elas aumentaram. Temos que reconhecer que erramos e discutir quais os erros”, insistiu.

“Vejo a esquerda perplexa e não está acertando. Primeiro o PT ficou prisioneiro do ‘Lula Livre’; o PSDB, dividido completamente; e os outros tentam sobreviver. A falta de união, de um projeto e de autocritica. E segundo é que ninguém aceita o ‘nós’. O PSDB, os tucanos me escrevem dizendo ‘nós não, foi o PT’. E os petistas dizem ‘foi você, que votou pelo impeachment’” (da ex-presidente Dilma Rousseff).

Ninguém aceita formular uma proposta unificada. Claro, com divergências, mas que se tenha alguma unidade, se não o Bolsonaro vai continuar”, alertou.

Ele defende uma unidade mais ampla para enfrentar Bolsonaro. “Concomitantemente, qual é a nossa proposta para o Brasil, sem se preocupar com sigla? Qual é a proposta do bloco que pensa que é preciso progredir democraticamente?”, indagou. “Qual a proposta das forças progressistas no Brasil hoje? Manter as conquistas nos costumes que Bolsonaro ameaça. E o que mais? Manter o Bolsa Família? Ele não só está mantendo como deu o 13%. Crescer a economia?”, prosseguiu Cristovam.

Rejeição a Bolsonaro dobra após 12 meses, diz XP/Ipspe

Pesquisa feita pelo Ipspe, a pedido da XP, entidade ligada ao mercado financeiro, divulgada na quinta-feira (16), revela um aumento da rejeição ao governo Bolsonaro. Em janeiro do ano passado, 20% consideravam o governo Bolsonaro ruim ou péssimo. Agora esse número

subiu para 39%.

Também que continua caindo o apoio da população ao governo. Em dezembro, eram 35% os que achavam o governo ótimo ou bom. De um mês para o outro, janeiro, esse número caiu para 32%.

Ler íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro só demitiu Alvim após muita pressão e a contragosto



Reprodução

O então secretário especial de Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim Flávio Bolsonaro manobra nas férias do STF para tentar paralisar as investigações de seus crimes

Ele quer foro privilegiado para lavagem de dinheiro em seu gabinete no Rio de Janeiro

Muito próximo de ser denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por lavagem de dinheiro e peculato, o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, tenta outra cartada para se livrar das ações da Justiça. Ele entrou no dia 18 de dezembro com um novo pedido, o quarto, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que as investigações de seus crimes e os de seu operador de propina, Fabrício Queiroz, sejam paralisadas.

A alegação é a mesma de sempre, de que houve irregularidades nas investigações. Ele quer foro privilegiado para seus crimes.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, solicitou no sábado (18/01) que a Procuradoria-Geral da República (PGR) opine sobre o pedido do senador Flávio Bolsonaro.

A resposta do MPF ao pleito será entregue

na segunda-feira (20) ao ministro Luiz Fux, vice-presidente do STF, que assumirá o plantão do Judiciário.

Relatório do Ministério Público Estadual do Rio afirma que o senador lavou dinheiro desviado do salário dos funcionários fantasmas do gabinete. Numa das operações de lavagem investigadas ele depositou R\$ 638,4 mil em dinheiro vivo na conta de um corretor e assim ocultou o desvio de dinheiro público. Foram detectados também depósitos na conta da primeira dama Michelle Bolsonaro no valor de R\$ 24 mil.

O pedido da defesa de Flávio está sendo visto como uma manobra protelatória porque em janeiro de 2019, o ministro Fux já havia atropelado o entendimento dele próprio e da Corte, de que o foro por prerrogativa de função, o famoso “foro privilegiado”, só pode ser aplicado para crimes co-

metidos durante o mandato, e atendeu ao pedido do acusado, interrompendo as investigações.

Os crimes imputados ao senador Flávio Bolsonaro foram cometidos quando ele era deputado estadual no Rio de Janeiro.

O senador tenta uma decisão provisória para cessar a apuração do Ministério Público do Rio. Ele entrou com o pedido em 18 de dezembro de 2019, última semana de trabalho do Judiciário, planejando resolver a questão no plantão de recesso do STF.

Na ocasião, o relator, ministro Gilmar Mendes, chegou a pedir informações adicionais “com urgência” no dia seguinte, mas não emitiu decisão sobre o tema. No mesmo dia do pedido, a Justiça do Rio cumpriu mandados de busca e apreensão contra 24 alvos.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Assessor de Guedes vira réu por rombo bilionário no Fundo de Pensão da CEF

O assessor especial do ministro Paulo Guedes (Economia), Esteves Colnago, virou réu no processo que investiga crimes que provocaram rombos bilionários em fundos de pensão nos esquemas de financiamentos feitos na empresa Sete Brasil.

O juiz federal Vallisney de Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, aceitou a denúncia feita pelo MPF (Ministério Público Federal) que envolve Colnago e mais 28 pessoas investigadas no âmbito da Operação Greenfield.

Colnago é chefe da Assessoria Especial de

Relações Institucionais do ministro da Economia. Ele foi membro do conselho deliberativo da Funcef e votou favoravelmente a um investimento suspeito feito pelo fundo de pensão na Sete em 2012. Os ex-gestores dos fundos autorizaram investimentos na Sete Brasil ignorando os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Monetário Nacional e dos próprios regimentos internos, afirmou o Ministério Público Federal (MPF) em nota.

Segundo a força-tarefa, o prejuízo causa-

do às entidades, de R\$ 5,5 bilhões, é o maior entre todos os casos investigados. Só para se ter uma ideia do volume roubado, somente um dos diretores da Sete Brasil, Pedro Barusco, devolveu 100 milhões de dólares que estavam em contas no exterior e que tinham sido desviadas das operações da Petrobrás com a empresa. Os procuradores acusam os réus de gestão temerária de instituição financeira por causa de investimentos feitos na empresa Sete Brasil.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Governo muda regimento para esvaziar Comissão de Mortos e Desaparecidos

O governo Bolsonaro decidiu alterar o regimento interno da Comissão de Mortos e Desaparecidos com o objetivo de enfraquecer o órgão.

Uma das mudanças revoga a Resolução nº 2 de 2017, que estabelece os procedimentos “para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas”.

Cerca de 100 famílias de desaparecidos ainda aguardam a emissão destes documentos.

“As famílias nos procuravam muito para isso, porque tinham atestados que não informavam nem como, nem quando a pessoa morreu. E este foi o estopim da crise que levou à minha demissão. Bolsonaro me demitiu porque falou que Fer-

nando Santa Cruz não foi demitido pelo estado, já que tem isso de recontar a história e negar os fatos”, lembrou Eugênia Gonzaga, ex-presidente da comissão, que foi exonerada após emitir um atestado informando que a morte do pai do presidente da OAB se deu “em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro”.

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada por lei em 1995 e, desde então, tem atuado em três frentes diferentes: a ratificação dos atestados de óbitos dos mortos políticos da ditadura, a busca dos corpos que seguem desaparecidos e a realização de atividades que relembram os impactos do governo militar sobre os direitos humanos no Brasil. São atividades que, no entendimento da procuradora

Eugênia Gonzaga, ficam prejudicadas com as novas normas publicadas na quinta-feira (16) no Diário Oficial da União.

A ex-presidente da comissão também afirma que o novo regimento interno não dispõe sobre medidas de memória e verdade ou qualquer outra forma de reparação imaterial aos danos eventualmente causados pelo Estado à sociedade, relativos ao período da ditadura militar.

Substituída pelo atual presidente da Comissão, Marcos Vinícius Pereira de Carvalho, após decreto do presidente Jair Bolsonaro de agosto do ano passado, Eugênia explica que o novo regimento também revogou resolução que obrigava a emissão dos atestados de óbito desses mortos e desaparecidos políticos.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Na véspera ele tinha feito altos elogios ao seu “secretário de verdade” e dado carta branca para o nazista implantar a visão tacanha do bolsonarismo no setor cultural do país

É sintomático que o ex-secretário de Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, tenha se identificado com uma das figuras mais sinistras e odiosas do terror nazista.

Joseph Goebbels era um dos assassinos mais alucinados e sanguinários do regime alemão. Chegou a substituir Hitler quando este, ainda em liberdade condicional, estava impedido de falar em público após o fracasso do Putsch da Cervejaria.

O guru da propaganda hitleirista, ao se ver cercado pelos soviéticos em Berlim, no final da guerra, não se contentou em se suicidar, matou a mulher e seus seis filhos obrigando-os a ingerir cianureto.

Roberto Alvim se sentiu à vontade no governo Bolsonaro para montar um espetáculo de culto a esse monstro que era Joseph Goebbels. Achar bonito imitar o braço direito da Propaganda da Alemanha que se gabava de repetir mil vezes uma mentira até transformá-la em verdade. Até no penteado, na maneira de falar e na forma de se vestir Alvim imitou o chefe de Hitler.

O bolsonarista montou o cenário para a cerimônia de lançamento do Prêmio Nacional das Artes como se estivesse em pleno Terceiro Reich. Só faltou a saústica.

Com este episódio, ele mostrou-se não apenas um adepto das ideias nazistas, mas também procurou passar que o “mito” é o seu Führer. Ambos, Goebbels e Alvim, tinham atrás de si o retrato de Hitler e Bolsonaro respectivamente.

Alvim tinha razões de sobra para ver seu führer em Bolsonaro. As ideias reacionárias, fanáticas e obscurantistas do nazismo e de outras aberrações que surgiram pelo mundo afora vicejam sobejamente dentro deste governo.

Um dia antes da encenação que custou o seu cargo, Alvim foi elogiado efusivamente pelo presidente e chamado de “um secretário da Cultura de verdade”.

Bolsonaro estava entusiasmado com ele durante a live em que os dois juntos anunciaram o Prêmio Nacional das Artes. Isso revela que o secretário de Cultura não estava sozinho em seu delírio. Ele tinha carta branca de Bolsonaro.

“Ao meu lado, aqui, o Roberto Alvim, o nosso secretário de Cultura. Agora temos, sim, um secretário de Cultura de verdade. Que atende o interesse da maioria da população brasileira e cristã”, afirmou o presidente na quinta-feira (16). Antes de permitir que Alvim apresentasse o Prêmio Nacional das Artes, Bolsonaro voltou a destacar o trabalho do secretário.

“Você aí é a cultura de verdade, algo que não tínhamos no Brasil. Tínhamos aqui essa ideia de fazer cultura para uma minoria, tem que fazer para a maioria”, afirmou.

O projeto do chefe da Cultura, que ele próprio classificou de “restauração” da arte nacional (provavelmente “degenerada”), que Bolsonaro tanto aplaudiu e elogiou no dia anterior, foi apresentado ao público num vídeo ao som de Richard Wagner, músico preferido de Hitler.

Bolsonaro, que havia se empolgado com o projeto apresentado por seu “secretário de verdade”, deu todo o respaldo a ele quando as primeiras notícias da repercussão começaram a chegar ao Palácio. Logo cedo, na sexta-feira (17), quando foi informado do vídeo de Roberto Alvim, Bolsonaro disse que ele permaneceria no cargo.

Não achou que houvesse problema algum. Mesmo já sabendo da repercussão negativa do vídeo, optou por avalizar o pupilo. Recusou-se a falar com os jornalistas na saída do Palácio da Alvorada. As pressões aumentaram e a ordem foi pelo silêncio. O Planalto não comentaria o episódio.

Bolsonaro estava nitidamente empenhado em manter o cargo do funcionário que ele tanto elogiara na véspera.

Com o aumento do repúdio da sociedade ao vídeo, Alvim e Bolsonaro trocaram um telefonema na manhã de sexta-feira e o funcionário a Cultura confirmou

que o presidente se mostrou compreensivo e estava empenhado em mantê-lo no cargo. Segundo o secretário, Bolsonaro o tranquilizou após as explicações.

“Expliquei a coincidência retórica. Ele entendeu que não houve má intencionalidade e que eu não sabia a origem da menção”, disse Alvim. Ele aproveitou também para informar a Bolsonaro que as críticas ao vídeo estavam partindo da “corja da esquerda”.

Com o aval do presidente, que se considerou esclarecido, Roberto Alvim passou então a dar uma série de entrevistas dizendo que não sairia do cargo e que não teve a intenção de elogiar o regime nazista. Que eram críticas descabidas e que tudo não passava de uma “coincidência retórica”.

Essa altura a repercussão da apologia bolsonarista ao nazismo já tinha ultrapassado as fronteiras do país. A embaixada da Alemanha protestou. A imprensa do mundo todo mostrava o absurdo das declarações do auxiliar de Jair Bolsonaro.

A comunidade judaica brasileira, através de sua entidades representativas, emitiu notas repudiando o secretário de Cultura e exigindo sua demissão. O mal estar se instalou inclusive dentro das Forças Armadas que têm em seu histórico o envio de soldados para combater o nazifascismo com a gloriosa Força Expedicionária Brasileira (FEB). O país inteiro esperava por uma punição ao aprendiz de Goebbels de Bolsonaro.

A ridícula “explicação” do secretário, de que não sabia de nada, não convenceu ninguém. Qualquer um percebe que não pode haver “coincidência retórica” nas duas citações.

Na peça sinistra de Alvim ele afirma: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada”.

No discurso do chefe da propaganda nazista em 1937, Goebbels diz: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande pathos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada”.

A adulação ao nazismo por parte de Alvim e a insistência de Bolsonaro em mantê-lo no cargo até o último minuto, mesmo com todo o estrago que a encenação provocou, mostra que tanto um quanto outro têm grandes afinidades com o ideário nazista.

Eles só não sustentaram o que pensam abertamente porque não tiveram espaço na sociedade. O repúdio foi geral e irrestrito.

Em editorial deste sábado (18), o jornal Estado de S. Paulo, numa clara avaliação de que as ideias nazistas estão com espaço dentro do governo, classificou o episódio como mais uma provocação de Bolsonaro, para “testar os limites” que a sociedade impõe a essas sinistras ideias.

O presidente da República só começou a se mexer quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi às redes sociais exigir a saída de Alvim do cargo. “O secretário de Cultura passou de todos os limites. É inaceitável. O governo brasileiro deveria afastá-lo urgente do cargo”, escreveu. O presidente do Supremo classificou de afronta a manifestação pró-nazismo de um integrante do governo. Também cobrou providências.

David Alcolombre, presidente do Senado, telefonou pessoalmente para Bolsonaro dizendo que era insustentável manter o funcionário que “agrediu a população brasileira ao fazer declarações simpáticas ao nazismo”.

“Não se pode aceitar que uma pessoa se utilize de seu cargo para fazer propaganda nazista”, disse o senador. “Eu, como judeu, repudio essas declarações”, acrescentou Alcolombre. Até integrantes do próprio governo começaram a pressionar pela demissão de Alvim.

Só depois de todas essas pressões é que Bolsonaro, a contragosto, afastou o seu secretário.

Sabotagem de Witzel na Cedae causou a crise da água no Rio

Para privatizar estatal, Witzel demitiu engenheiros responsáveis pela qualidade da água. Biólogo diz que Cedae transforma 'pasta de fezes em água potável'

Após dias em silêncio, o governador Wilson Witzel (PSC) disse "desconfiar" que a crise no fornecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro acontece por uma "sabotagem". Desde o início do ano, moradores de diversas regiões relataram a existência de mau cheiro e cor na água que sai nas torneiras fluminenses.

Por toda a região metropolitana, pessoas relataram irritações e enjoos após o consumo da água, que vem da Estação de Tratamento do Rio Guandu, e é captada a poucos metros de distância de zonas de despejo de esgotos, residenciais e industriais, que são jogados no Rio sem qualquer tipo de tratamento.

"Eu desconfio que houve uma sabotagem, exatamente para manchar a gestão eficiente que está sendo feita na Cedae preparando ela para o leilão", disse o governador na segunda-feira (20).

Sem apresentar indícios ou provas ele continuou: "Eu acredito que o que está sendo apurado é uma sabotagem por conta do leilão. Há muitos interesses envolvidos".

Witzel se refere ao leilão de privatização da estatal que seu governo quer executar.

A privatização da Cedae chegou a ser encaminhada em 2017 pelo governo de Luiz Fernando Pezão para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A estatal seria a principal garantia do empréstimo de R\$ 2,9 bilhões contraído pelo governo estadual do Rio de Janeiro junto ao banco francês BNP Paribas. Em 2018, a Alerj rejeitou a proposta de Pezão e barrou a entrega da Cedae. (v. [Alerj impede privatização da Cedae](#))

Witzel agora apresenta a privatização do saneamento como grande solução para a crise.

DESMONTE

O governador não se referiu, no entanto, ao desmonte realizado por sua equipe na Cedae e nem à entrega da gestão da empresa ao seu padrinho político, o presidente do Partido Social Cristão (PSC), pastor Everaldo.

Sob a tutela do pastor, foi nomeado para a presidência da empresa Hélio Cabral, ex-executivo da mineradora Samarco, que foi acusado pelo Ministério Público Federal, como um dos responsáveis pela tragédia de Mariana, onde 19 pessoas foram mortas após desabamento da barragem de rejeitos da mineradora em Minas Gerais.

O crime da Samarco, uma associação entre a Vale e a BHP Billiton, causou a maior tragédia ambiental do país, destruindo o Rio Doce de Mariana até a sua foz, no Espírito Santo.

Pastor Everaldo e Hélio Cabral foram os responsáveis pelas demissões de 54 engenheiros e técnicos. Entre os desligados, estão 39 engenheiros que faziam o controle de qualidade da água distribuída pela companhia.

MEC confirma erro em correção do Enem e pode causar prejuízo a milhares de estudantes brasileiros

Em primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do governo Bolsonaro, um erro nos gabaritos pode prejudicar a nota de até 39 mil participantes. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu que notas do Enem foram divulgadas com erros, em vídeo divulgado neste sábado (18).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) liberou na sexta-feira (17) os resultados individuais da última edição do exame. À noite, participantes começaram a relatar nas redes sociais estranhamento com as notas.

Todos os candidatos responderam às mesmas questões na prova, porém estas estão dispostas em ordem diversa, com cada versão identificada por cores. Assim, o candidato fez a prova de uma cor, mas o sistema a corrigiu como se ele tivesse feito de outra.

Em coletiva de imprensa realizada no sábado em Brasília, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, explicou que o erro foi provocado pela gráfica responsável pela impressão da prova e que o erro pode atingir cerca de 1% dos participantes.

"Nós encontramos até o momento quatro inconsistências de notas. Nós vamos corrigir e

Segundo o governo Witzel, eles foram demitidos porque recebiam salários altos demais.

Isso sim é sabotar uma estatal. **OMISSÃO, NEGLIGÊNCIA E LENIÊNCIA**

Para o ecologista Sérgio Ricardo de Lima, coordenador do Instituto Baía Viva, houve "omissão, negligência e leniência diante da crise sanitária que vem afetando a qualidade da água". Segundo o ambientalista, o movimento contesta as informações divulgadas pela Cedae de que a causa dos problemas identificados na água esteja relacionada à geosmina, substância orgânica produzida e liberada por algas.

Segundo o Instituto Baía Viva, o agravamento da crise enfrentada é um dos reflexos da perda de R\$ 11 bilhões das políticas de saneamento e gestão dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, nos últimos 15 anos.

Nesse contexto, são mencionadas perdas como as do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), estimadas em R\$ 10,8 bilhões, além do arresto determinado pela Justiça de um montante de R\$ 200 milhões do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDREH), em 2016, medida que gerou uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual com apoio dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e de movimentos sociais.

PASTA DE FEZES

Somente os municípios de Nova Iguaçu e Queimados despejam diariamente 56 milhões de litros de matéria orgânica em três afluentes do Rio Guandu: os rios Poços, Ipiranga e Queimados. É como se 22 piscinas olímpicas cheias de sujeira fossem colocadas ali todos os dias.

Segundo a engenheira ambiental Daiana Gineleti, um plano elaborado pelo Comitê do Guandu estima que é necessário um investimento de R\$ 1,4 bilhão só para o saneamento da região.

Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) afirmaram que há riscos à saúde da população no produto fornecido pela empresa.

"Há uma evidente degradação ambiental dos mananciais que são utilizados para o abastecimento público da região metropolitana do Rio", afirmou a universidade através de nota divulgada pela Reitoria. "Essa degradação compromete a qualidade da água, dificulta seu tratamento e pode colocar em risco a população", completa o comunicado.

O biólogo Mario Moscatelli explicou, em entrevista ao programa 'Fantástico', que "décadas de descaso geraram essa situação, onde além de tratar água, a Cedae está tratando esgoto. A estação do Rio Guandu não foi feita para essa finalidade. O que hoje a estação faz é praticamente uma alquimia para transformar pasta de fezes em água potável. Até quando ela terá esta capacidade, eu não sei".

continuaremos durante todo o final de semana rodando nossa base de dados para identificar outros possíveis casos de inconsistências", afirmou

Inicialmente, Weintraub afirmou no vídeo que o problema afeta um número muito pequeno de estudantes. O vídeo foi gravado antes do presidente do INEP dizer que seria até 1%.

"Houve inconsistência no gabarito de algumas provas do Enem 2019 e, por isso, candidatos foram surpreendidos com os resultados de suas notas. O número é muito baixo. Até segunda-feira, dia 20, tudo será resolvido. Pedimos desculpas aos participantes do exame pelo transtorno", escreveu Weintraub na publicação do vídeo.

O que parece ser consenso entre os dois é que o Ministério não sabe quantos estudantes podem ser prejudicados, com uma verdadeira dimensão apenas na segunda-feira (20), pois as equipes vão continuar a análise dos arquivos em busca de problemas.

O Ministro bolsonarista não participou da entrevista e deixou para o presidente do Inep explicar o caso sozinho, apesar de Weintraub ter ido no instituto pela manhã deste sábado para gravar o vídeo publicado.



Witzel não se referiu ao desmonte realizado por sua equipe na Cedae



O líder indígena Cacique Raoni e Angela Mendes, filha de Chico Mendes

Líderes indígenas se unem contra projeto de Bolsonaro para destruição da floresta

Mais de 600 lideranças indígenas se reuniram e exigiram, em carta enviada para o Congresso Nacional, o fim da grilagem de suas terras e da perseguição a suas lideranças. "Não aceitamos garimpo, mineração, agronegócio e arrendamento de nossas terras. Não aceitamos madeiros, pescadores ilegais, hidrelétricas e outros empreendimentos (...) que venham nos impactar de forma direta e irreversível. Repudiamos a perseguição e a tentativa de criminalização das nossas lideranças", dizem os indígenas de 47 etnias na carta.

A reunião, que aconteceu na aldeia Piaracu, no Xingu, Mato Grosso, reafirmou a liderança do cacique Raoni e de outros presentes, em oposição a indígenas de direita que Bolsonaro levou a encontros internacionais mesmo sem ter respaldo no movimento indígena.

"Exigimos que o Congresso reconheça legalmente as autoridades indígenas que decidem em favor das comunidades, pautadas a partir de reivindicações coletivas e não individuais".

Para o cacique Raoni, "esse encontro não é para planejar uma guerra, um conflito. Estamos aqui para defender nosso povo, nossa causa, nossa terra. Eu quero pedir mais uma vez que o 'homem branco' nos deixe viver em paz, sem conflito, sem problema. Eu nunca faria um encontro para atacar alguém. Estamos nos reunidos aqui para nos defender".

"Bolsonaro está falando muito mal da gente (...) Não está atacando só índio, mas está atacando índio mais forte ainda [que outra pessoa]", acrescentou Raoni.

O encontro também contou com a participação de Angela Mendes, filha do líder seringueiro Chico Mendes. Ela foi recebida por cerca de trinta lideranças kayapó. Sua presença foi anunciada a todos por Raoni como "uma pessoa que honra o legado de seu pai, o seringueiro que morreu

defendendo a floresta".

Emocionada, ela lembrou dos últimos anos de vida de seu pai e fez um comparativo com o momento atual: "Meu pai dizia que a floresta nos une frente ao perigo comum, mas hoje é o Governo que nos trata como se fôssemos um inimigo. Tentamos contato com o Governo assim que assumiram, como foi feito com todos os anteriores. Mas os órgãos que eram nossos interlocutores estão fechando as portas", afirmou.

Para ela, este é um "momento histórico" de reaproximação de extrativistas, indígenas e quilombolas. "Esse convite veio como um respeito à ancestralidade, que é uma questão muito importante para os povos indígenas. Venho representando a luta e a memória do meu pai, pela preservação da floresta. Estamos no momento de unificar forças e dialogar".

GRILAGEM

No governo Bolsonaro, grileiros passaram a ter maior liberdade para perseguir lideranças indígenas que impedem seu avanço sobre as terras demarcadas. Em novembro, Paulo Paulino Guajajara, que integrava o grupo de agentes florestais indígenas conhecidos como "guardiões da floresta", que atua no Maranhão, foi assassinado em emboscada de madeiros.

Bolsonaro prometeu em dezembro entregar ao Congresso um projeto de lei para abrir a floresta à mineração. Uma minuta do projeto foi publicada pelo jornal O Globo. O projeto também quer legalizar as atividades de petróleo e energia nas terras indígenas.

"Exigimos a garantia da Integridade física e moral de nossas comunidades e lideranças e a punição daqueles que estão matando nossos parentes. Exigimos que cumpra sua responsabilidade constitucional de proteger os territórios indígenas e o meio ambiente, coibindo atividades ilegais e punindo os criminosos", assinala o documento.

"Temos que nos preparar para enfrentar não só

o governo, mas também reagir à violência de alguns setores da sociedade que expressa de forma muito clara o racismo, simplesmente pelo fato de sermos indígenas. Não apenas defendemos o meio ambiente, nós somos a própria natureza. Se matar o meio ambiente, está matando nós", continuaram os indígenas na carta.

A reunião também deliberou posição contrária à de Bolsonaro quanto ao plantio de monoculturas e exploração de minérios em Terras Indígenas.

"Não podem vender as nossas riquezas, o dinheiro não paga por elas. O nosso território é muito rico, não de dinheiro, somos ricos de diversidade e toda essa floresta depende da nossa cultura para ficar em pé. O que vale para nós é a nossa terra. Isso vale mais do que a vida. Nós cuidamos da nossa terra, sabemos o valor que ela tem. Precisamos proteger aquilo que nossos antepassados deixaram para nós".

"Concluimos com a certeza que 2020 será um ano de muita luta, e convocamos todos os parentes e os parceiros dos povos indígenas no Brasil e no exterior para um ano de muitas mobilizações, onde devemos estar presentes com a força e a energia de nossos ancestrais em Brasília e nas ruas de todo o mundo".

A coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sonia Guajajara, advertiu que a situação atual representa "um momento dramático, quase um cenário de guerra" e que os projetos de Bolsonaro prenunciam "uma tragédia para os povos indígenas tradicionais e comunidades extrativistas".

"Não vamos aceitar negociar os nossos territórios e as nossas vidas para resolver problemas da crise econômica que não foi causada por nós", acrescentou Guajajara, que foi candidata a vice-presidente nas eleições de 2018 pelo PSol.



Estação brasileira tem 4.500 mts² Brasil inaugura nova Estação Antártica Comandante Ferraz

A nova Estação Antártica Comandante Ferraz foi inaugurada na noite de quarta-feira (15). A base foi inaugurada oito anos após o incêndio que destruiu as instalações brasileiras no continente gelado, deixando dois militares mortos.

Com estrutura moderna e sustentável, o novo complexo tem mais de 4.500 metros quadrados e capacidade para 64 ocupantes. A operação e a logística da base são realizadas pela Marinha do Brasil, que é responsável pela estação, e contou com apoio da Força Aérea Brasileira.

"O Brasil está de casa nova na Antártida, sejam todos bem-vindos", disse o almirante Ilques Barbosa, comandante da Marinha do Brasil, ao receber cientistas e autoridades brasileiras para a cerimônia.

"A base possibilitará a presença brasileira em uma plataforma sustentável que permitira conhecer melhor este enorme continente de características ímpares, bem como reafirmar compromisso do Brasil como membro consultivo do tratado para participar das decisões sobre os destinos dessa região", pontuou.

O vice-presidente do Comitê Internacional de Pesquisa Antártica, Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lançou um balão meteorológico para iniciar o funcionamento da base.

"Graças às pesquisas antárticas, vamos melhorar a previsão do tempo no Brasil, essencial se quisermos aumentar nossa produtividade agrícola e diminuir o custo social de desastres climáticos. Por isso, insisto na frase [...] a Antártida é tão importante quanto a Amazônia para o meio ambiente planetário", destacou o pesquisador.

ESTRATÉGICA

O capitão da reserva da Marinha e pesquisador de geopolítica do continente gelado Leonardo Mattos, atenta sobre a importância da presença do Brasil na região. Leonardo a possibilidade estratégica de pesquisa e desenvolvimento, além das crescentes necessidades energéticas em um planeta com recursos finitos e expansão populacional.

"É um grande desafio. Com isso, é preciso produzir conhecimento científico. Quando houve o incêndio na Estação Comandante Ferraz, a decisão do governo de reconstruí-la baseou-se nessa direção. Na Antártida, como em qualquer outro lugar, ciência é poder. Quem produz maior conhecimento científico na região, possui mais poder. Agora, com uma estação moderna e dotada com o dobro de laboratórios de sua antecessora, o país pode aumentar o volume e qualidade de suas pesquisas, incrementando seu exercício de poder e prestígio na região", disse.

O capitão menciona que com uma boa e nova estrutura, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC) precisa acompanhar e continuar investindo na Estação.

"O Ministério de Ciência e Tecnologia precisa manter a regularidade dos investimentos para o Programa Antártico Brasileiro (ProAntar). Em função da restrição orçamentária, e agora detentores de uma estação maior e mais moderna, podemos estabelecer parcerias internacionais, compartilhando espaço físico em troca de recursos e pesquisas conjuntas".

"No meio automobilístico, não adianta ter um piloto bom e um carro ruim. Fazendo uma analogia, com a nova estação, temos um bom carro. Agora, precisamos de bons pilotos para ocupar o carro e vencer corridas", concluiu Leonardo.

Deputado bolsonarista defende violência contra mulheres e diz que "elas gostam de assédio"

O deputado estadual de Santa Catarina Jessé Lopes (PSL) causou revolta ao publicar um texto nas redes sociais em que defende a violência contra as mulheres que, segundo ele, "gostam de assédio".

Em crítica à campanha "Não é Não", movimento de luta contra o assédio sexual no Carnaval, o deputado bolsonarista afirma que o assédio "massageia o ego" e que ser assediada é um "direito" da mulher.

"Não sejamos hipócritas! Quem, seja homem ou mulher, não gosta de ser 'assediado(a)'? Massageia o ego, mesmo que não se tenha interesse na pessoa que tomou a atitude", escreveu em seu perfil do Facebook.

"Em Santa Catarina, tattoo escrito 'Não é não' devem ser distribuídos (APENAS para mulheres) no intuito de confundir as pessoas entre o limite do que é assédio e do que é um simples 'dar em cima'. (Logo logo, ser homem será crime)", disse.

Segundo o deputado, o movimento "Não é Não" é "segregador", pois "exclui" os homens. "O feminismo, ao contrário do que muitos pensam, só tirou direitos das mulheres: deixou-as menos cuidadosas com a aparência e imbecilizou o comportamento", reafirmou em outra publicação.

O "Não é Não" foi criado em 2017, no Rio de Janeiro, após repetidos relatos de violência sexual durante o carnaval carioca. O movimento tenta impedir práticas que, diferente do que afirma o deputado, estão muito distantes das cantadas, ou paqueras. Como exemplo, podemos apontar as famosas rodinhas, comuns nos blocos da zona sul do Rio de Janeiro, em que homens cercam uma garota e a obrigam a beijá-las.

Ou ainda os três casos de estupro ocorridos na Praça da Estação, durante o carnaval de Belo Horizonte em 2019. Em um deles, uma jovem de 19 anos foi abordada por um homem o suspeito a puxou pela bermuda, baixou a calça e consumou o estupro. O homem estava acompanhado de dois comparsas, que também molestaram a mulher.

INSS: política de privatização da Previdência leva serviço ao caos



Mobilização está marcada para março
Servidores convocam ato contra sucateamento do setor público

Os servidores públicos federais aprovaram em Assembleia Geral do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), realizada nesta terça (14), um dia nacional de mobilizações contra o sucateamento dos serviços públicos e da precarização das relações de trabalho do funcionalismo apresentados no pacote de medidas do governo Bolsonaro. As mobilizações estão convocadas para o dia 18 de março em todo o país.

Os servidores repudiam o Plano Mais Brasil, apresentado pelo ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, no fim do ano passado que, dentre outros pontos, propõe a redução de até 25% da jornada do funcionalismo, com corte proporcional dos salários, entre outras medidas.

Em nota divulgada pelo Fonacate, nesta quarta-feira (15), o funcionalismo explica que a qualidade e a eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão “dependem de um governo comprometido com o fortalecimento do Estado Social, o que não se vê hoje no Brasil, ao contrário, nos discursos oficiais a tônica é a redução e a precarização do atendimento ao cidadão, a exemplo da dramática situação daqueles que aguardam há meses a concessão de benefícios previdenciários.”

Para o presidente do Fonacate e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques, “não podemos assistir a esse desmonte do Estado brasileiro e a criminalização dos servidores públicos e não fazer nada. Os cidadãos precisam de bons serviços públicos, de pessoas qualificadas nos atendimentos prestados, de educação, de saúde. Estamos com diversas carreiras devassadas, sem concursos há anos. Defendemos o concurso público e o serviço público como essencial para a sociedade brasileira”.

Os servidores também questionam no Supremo Tribunal Federal – por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) – a constitucionalidade de dispositivos da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 3) que tratam das alíquotas progressivas, da possibilidade de aumento da base de cálculo da contribuição previdenciária paga por aposentados e pensionistas e a contribuição extraordinária. A ADI foi proposta pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

“Temos que conversar com os ministros do STF para que apreciem essa ação o quanto antes, pois em março já poderemos ter aumento das alíquotas e a consequente redução salarial”, explicou o secretário-geral do Fonacate e presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues.

As atividades contra a reforma administrativa e as pautas de ataque ao funcionalismo, aprovadas na Assembleia, começam em fevereiro com a participação do Fonacate de audiências públicas no Congresso e com lançamento de materiais sobre a realidade do serviço público.

Medida que liberou o FGTS deixa trabalhador sem seguro-desemprego

Os trabalhadores recém-desempregados que fizeram o Saque Imediato do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estão com o pagamento do seguro-desemprego bloqueados pelo governo. Para conseguir a liberação do seu seguro, o trabalhador terá que entrar com um recurso e poderá demorar até 3 meses para a receber a primeira parcela.

Os bloqueios dos benefícios se deve à recente liberação do saque do FGTS que gerou uma divergência no sistema, que mostra que o trabalhador já fez o saque do FGTS, impedindo a entrada no seguro-desemprego.

O Saque Imediato foi uma das medidas do governo Bolsonaro que liberou o saque de até R\$ 500 para o trabalhador que possui conta do FGTS, ativas ou inativas, de setembro de 2019 à março de 2020.

Porém, toda movimentação que ocorre no Fundo interfere no recebimento do seguro-desemprego. Assim, se o trabalhador realizar algum saque no FGTS, por outro motivo que não seja rescisão do contrato de trabalho, o seguro-desemprego é notificado bloqueando o saque e o beneficiário terá de entrar com um recurso administrativo para ter o benefício liberado. Isso acontece

porque, no cadastro do Ministério da Economia, constará mais de uma informação sobre sua conta.

A assistente social Vanessa Fernandes, de 36 anos, tentou dar entrada no seguro-desemprego no último dia 7 de janeiro após ser demitida no Natal. Ela trabalhou por 17 anos com carteira assinada e nunca havia solicitado seguro-desemprego e descobriu que tinha que entrar com o chamado “recurso 557” porque o dinheiro do saque imediato do FGTS havia sido depositado automaticamente em sua conta poupança da Caixa, bloqueando o acesso ao benefício.

Vanessa recebeu, na Superintendência Regional do Trabalho, a informação de que era preciso fazer um recurso para contestar o bloqueio do benefício por causa da liberação do saque imediato. O recurso será analisado caso a caso, mas que em torno de 60 dias receberia a primeira parcela do seguro-desemprego. O prazo normal é de 30 dias, aproximadamente.

“Ocorre que é um prazo muito grande, que prejudica esses trabalhadores que contam com esse valor para manutenção da família”, afirma a advogada trabalhista, Bianca Canzi.



Governo anunciou o fechamento de metade da estrutura da instituição
Governo vetou concurso para repor 6 mil funcionários que se aposentaram em 2019

Os milhões de aposentados, pensionistas e trabalhadores afetados com as filas para atendimento no INSS é o estouro de uma “bomba” anunciada e revela o fracasso do modelo que vem sendo implementado pelo governo Bolsonaro, de desmonte do Estado e do serviço público a qualquer custo, em total descaso com a população.

A corrida desesperada da equipe econômica de Guedes, agora, para tentar debelar o caos que tomou conta de um dos setores mais sensíveis da sociedade, com a contratação de militares da reserva para atendimento nos postos do INSS, só revelam a ineficiência e a bagunça que reina no governo.

Segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal (PEP), entre janeiro e novembro de 2019, 6.007 funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social se aposentaram, sem nenhuma contratação. O governo também já iniciou o corte de 50% da estrutura do órgão e o

fechamento de agências do INSS, que deve chegar a 500 até julho.

Além disso, 20 unidades regionais do Dataprev, empresa que processa os dados de 35 milhões de aposentados, serão fechadas, e nesta quinta-feira (16), o governo incluiu a empresa de tecnologia no programa de privatização.

A bagunça é tanta que, nesta mesma manhã, o governo autorizou a atuação do insignificante número de 49 servidores do Dataprev para se somarem à força-tarefa que está sendo montada para apagar o fogo no INSS. É muita esculhambação para um governo só.

A aposta de Guedes, com ajuste fiscal e redução do gasto governamental, é focar no que eles chamam de “modernização”, com automação e digitalização dos serviços, mas nem disso sua equipe dá conta, visto que uma das razões das filas nos pedidos de aposentadoria é que, até agora, o sistema não foi adaptado às novas regras

da reforma da Previdência.

O desastre que vemos agora já era previsto até pelo Ministério Público Federal (MPF), que em 2019 entrou com uma Ação Civil na Justiça por novas contratações no INSS. Na ação, o MPF calculou que a autarquia perderia mais de 4 mil servidores a qualquer momento e que o déficit no órgão para atender às demandas da população e ao aumento dos acessos ao INSS com a reforma da Previdência chegaria a quase 20 mil funcionários.

Enquanto isso, o governo continua firme em sua decisão de não autorizar novos concursos públicos e as filas de espera de cerca de 2 milhões de pedidos de aposentadoria, benefícios de assistência ao idoso, deficiente de baixa-renda, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-doença vão continuar em compasso de espera até setembro, como admite o próprio governo, mesmo com a contratação dos militares.

“Situação no INSS é resultado do desmonte do serviço público no país”, denunciam servidores

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) repudiou em nota, divulgada nesta sexta (17), a indicação de militares para assumir atribuições específicas de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Fórum aglutina entidades representativas de servidores públicos das mais diferentes áreas do funcionalismo ligadas às áreas de segurança pública, fiscalização e regulação do mercado, advocacia pública, fiscalização agrária, ministério público, diplomacia, legislativo, arrecadação e tributação, proteção ao trabalhador e à saúde pública, inteligência de Estado, e etc.

O governo Bolsonaro anunciou nesta semana que pretende colocar 7 mil militares da reserva para tentar eliminar a bagunça que ele próprio provocou, com sua política de privatização, no atendimento aos milhões de aposentados e pensionistas que penam nas filas do INSS para dar entrada em suas aposentadorias ou receber seus benefícios.

O anúncio provocou o repúdio de diversos setores da sociedade que condenam o desmonte das instituições públicas que o governo tem promovido, e advertem que o órgão precisa ser fortalecido com abertura de concursos públicos, valorização dos servidores e de carreiras.

Para o Fonacate, “essa situação escancarou os efeitos nefastos do desmonte do serviço público em curso no país, que resulta em prejuízos à população, em



especial aos mais pobres, e evidência do despreparo do governo e a falta de planejamento adequado, que podem gerar um apagão em órgãos essenciais ao Estado.”

A nota diz ainda que “delegar as atividades complexas do INSS a militares não trará respostas adequadas à crise no atendimento, pelo contrário, deve sobrecarregar os servidores do órgão, que serão desviados de suas funções para treinar os convocados.”

O Fonacate denuncia que há um processo de diminuição do efetivo no Executivo Federal, que se agravou a partir de 2016 com envio ao Congresso da reforma da Previdência (PEC 287), se intensificando ainda mais com o governo Bolsonaro.

“É oportuno alertar sobre a defasagem também em outros órgãos. Na Receita Federal, por exemplo, faltam 21.471 servidores. A Controladoria-Geral da União atua com um quadro funcional 61,5% menor do que a lotação ideal, situação que se repete no Banco Central do Brasil, onde a defasagem de pessoal é de 43,9%, e

Cerca de 2 milhões de pessoas não têm os seus pedidos atendidos pelo INSS

Em meio ao caos instalado nos serviços de aposentadorias e benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o governo publicou por meio de decreto, a inclusão da Dataprev no programa de privatização do governo federal. O decreto foi publicado no Diário Oficial nesta quinta-feira (16).

A Dataprev é a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social, responsável pelo processamento do pagamento mensal de cerca de 35 milhões de benefícios previdenciários, do seguro-desemprego e de informações previdenciárias da Receita Federal.

Na semana passada, o governo já havia anunciado o encerramento das atividades da empresa em 20 unidades regionais, e a demissão de 493 funcionários.

Junto ao desmonte da Dataprev, o governo também iniciou desde o ano passado o desmantelamento do INSS, mantendo um número reduzido de funcionários, assim como a aniquilação de sua estrutura, até chegar à situação atual em que cerca de 2 milhões de pessoas

não têm atendidos os seus pedidos de aposentadorias, pensões, auxílios-doença e maternidade, e nem mesmo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo a idosos e deficientes de baixa renda.

A política de privatização escancarada sobre órgãos responsáveis pela Previdência ficou estampada com o não preenchimento do quadro de funcionários. Segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal (PEP), entre janeiro e novembro de 2019, 6.007 funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social se aposentaram. Nenhuma contratação foi feita para repor a mão de obra.

Em paralelo à redução de pessoal, o instituto iniciou este ano fechando metade de suas agências. O resultado foi milhões de pessoas desassistidas.

“Militares no INSS? Não tem cabimento”, afirma ex-ministro, general Santos Cruz

Agora, como “medida de salvação”, o governo diz que irá convocar 7 mil militares da reserva. A medida causou desconforto até mesmo nos meios militares. Segundo um oficial ouvido pelo jornal Estadão, as Forças Armadas estão sendo tratadas como “posto Ipiranga”, numa situação em que são recrutadas para resolver problemas.

Nesta quinta-feira, 16, o ex-ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, se manifestou sobre a decisão do governo: “Militares no INSS? Não tem cabimento. Os funcionários do INSS sabem dar as ideias para a solução. Tem que valorizar a instituição e as soluções irão aparecer. Colocar militares para qualquer coisa é simplismo, falta de capacidade administrativa. É obrigação valorizar as instituições”, disse.

Entidades de servidores também repudiaram a medida, alertando ainda para a preocupação em relação à segurança e sigilo de dados estratégicos para o país que empresas como a Dataprev dominam.

“A opção do governo Bolsonaro, quando chama militares da reserva para o INSS e decide privatizar esta importante empresa de TI, entregando os dados da população a grandes empresários do setor privado da Tecnologia da Informação, demonstra extremo desprezo pelo serviço público”, diz um diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de TI no Brasil.

“A Dataprev tem 15 bilhões de dados de vínculos e remunerações que constam no CNIS [Cadastro Nacional de Informações Sociais]. Nossos 720 sistemas têm todo o cadastro da Previdência Social, todos os vínculos dos trabalhadores, dos empréstimos consignados. Entregar todas essas informações, que envolvem a vida das pessoas, é uma coisa absurda”, diz Maria do Socorro, diretora da Fenadados, que também é presidente do Sindicato dos Empregados em Processamento de Dados no Maranhão.

Defasagem da tabela do Imposto de Renda é inconstitucional, diz OAB

A defasagem de 104% na tabela do Imposto de Renda, ampliada com inflação de 4,31% divulgada pelo IBGE, “penaliza principalmente aqueles contribuintes de baixa renda que estariam na faixa de isenção” e agride a Constituição, afirma o jurista Breno de Paula, que é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Há 23 anos sem compensação de perdas pela inflação, o valor mínimo para que alguém seja isento de pagar o Imposto de Renda é hoje R\$ 1.903,98, mas deveria ser R\$ 3.881,65.

“Essa diferença penaliza principalmente aqueles contribuintes de baixa renda que estariam na faixa de isenção, mas que, devido à defasagem existente, entram na faixa da menor alíquota, de 7,5%”, explica o jurista.

Breno é membro da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB e professor

da Universidade Federal de Rondônia.

A falta da correção por mais de duas décadas fez com que a faixa de pessoas protegidas seja menor do que se pretendia quando criada. Atualmente 10 milhões de pessoas são isentas do IRPF, mas seriam 20 milhões se o valor fosse corrigido, informa o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco).

Para o jurista Breno de Paula, a falta de correção ofende “o conceito constitucional de renda como valor disponível à existência digna do contribuinte e de seus dependentes (CF, artigo 153, III); a capacidade contributiva, que só se manifesta acima do mínimo existencial (CF, artigo 145, parágrafo 1º); o não confisco, que obsta a apropriação pelo Estado de valores necessários à satisfação desse mínimo (CF, artigo 150, IV); a dignidade humana; a proteção à família, a razoabilidade”.

Fracasso da Previdência privatizada no Chile faz Piñera propor mudanças



Aposentados chilenos participam de manifestação pelo fim da capitalização

A falência do modelo, tão elogiado pelo ministro Paulo Guedes, obrigou o presidente chileno a propor medidas que ele chama de “novo sistema de pensões”

Acuado pelos míseros 6% de aprovação do seu governo – a mais baixa desde o retorno à democracia – e com o tsunami que sacode o Chile às vésperas de completar o terceiro mês de protestos, o presidente Sebastián Piñera admitiu o retumbante fracasso da privatização da Previdência e anunciou novas concessões em seu projeto de reforma.

A proposta que irá levar ao Congresso ainda esta semana aumenta as minúsculas aposentadorias por meio da cobrança das empresas, que atualmente não contribuem com nada. Assim, a contribuição previdenciária total passaria de 10% para 16% com novos 6% do empregador. Desses, 3% iriam para a conta individual dos contribuintes e outros 3% – que contariam com um aporte inicial do Estado – seriam destinados a um ente público e autônomo, o “Fundo de Poupança Coletivo e Solidário”, que forneceria uma pensão adicional à financiada atualmente.

A falência do modelo especulativo tristemente dominado pelas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), tão elogiado anteriormente pelo ministro Paulo Guedes, obrigou o presidente chileno a propor medidas que ele chama de “novo sistema de pensões” baseado em três pilares: Pilar Solidário, financiado pelo Estado; Pilar de Poupança Individual, financiado pelos trabalhadores e empregadores; e Pilar de Poupança Coletiva e Solidário, financiado por empresários e também com uma contribuição inicial do Estado.

Conforme Piñera, tal reforma permitiria um aumento de 56.600 pesos mensais (R\$ 300) para os homens – um reajuste de 20% nas aposentadorias e beneficiaria a mais de 500 mil idosos – e um acréscimo de 70.800 pesos (R\$ 380) para as mulheres – aumento médio de 32%, favorecendo mais de 350 mil aposentadas.

O presidente disse ainda que sua proposta garantiria que nenhum aposentado receba abaixo da linha de pobreza, atualmente 168 mil pesos (R\$ 900), e que nenhum chileno com “pelo menos 30 anos de contribuição” tenha benefício inferior ao salário mínimo, que hoje é de 301 mil pesos (R\$ 1,6 mil).

“LENHA NA FOGUEIRA”

“Todos queremos certamente viver em paz. Porém com esta proposta de Reforma da Previdência, o presidente Sebastián Piñera só joga mais lenha na fogueira”, afirmou Luis Mesina, porta-voz da coordenação No+AFP (Não mais Administradoras de Fundos de Pensão), frisando que as entidades populares chilenas rechaçam “terminantemente” a medida anunciada em cadeia nacional na quarta-feira à noite uma vez que mantém o poder do cartel privado sobre as aposentadorias. “O presidente disse que havia escutado as pessoas. Após quase três meses de intensos protestos o que podemos dizer é que ele não escutou ninguém”, condenou Mesina.

A organização No+AFP lembrou Mesina, vem lutando há vários anos para pôr fim ao sistema privado vigente, de capitalização individual através das AFPs, em que empresas

obtem lucros milionários com o investimento em fundos especulativos enquanto pagam pensões extremamente baixas.

O resultado desta política de arrocho, alertou, tem sido comprovada na enorme quantidade de suicídios entre os aposentados. “É recente, mas impactante o estudo que revela que o idoso chileno tem a maior taxa de suicídios em toda a América Latina. Isso significa algo. Muitos dos idosos que cometeram suicídio deixaram carta e, nelas, explicitaram seu sofrimento pela baixa renda e pela precariedade sob a qual viviam”, assinalou Mesina.

“GOVERNO NA BANCARROTA”

“Desgraçadamente, o que necessitamos fazer agora, enquanto movimento social, é ampliar os apoios contra Piñera, mobilizar a todos os congressistas do país”, declarou Mesina, já que só há dois caminhos a seguir: “ou se colocam ao lado de um governo que está absolutamente na bancarrota ou das grandes maiorias, que pedem nada mais e nada menos que uma resposta à demanda geral”.

Luis Mesina destacou que o sistema de capitalização da Seguridade Social implantado “em meados dos anos 1980, sob a tirania de Augusto Pinochet, condena 97% dos chilenos a aposentadorias miseráveis e é a expressão trágica de um sistema que nega direitos fundamentais, lançando idosos a cenários desesperadores”.

Desmontando a propaganda neoliberal, o dirigente das massivas manifestações populares em defesa da Previdência pública alerta os brasileiros para os impactos negativos da privatização e defendeu que “é preciso desmontar o argumento de Paulo Guedes de que a reforma enxugará os gastos públicos”. “É mentira, pois é o governo chileno quem paga pelo menos sete entre dez aposentadorias. A capitalização, portanto, aumenta o gasto público, enquanto reduz consideravelmente os benefícios, com o cidadão recebendo menos de 30% do seu último salário”, acrescentou.

A mudança do sistema de capitalização para um modelo solidário é uma das principais reivindicações do levante popular que têm tomado as ruas do país desde outubro, registrando os mais graves enfrentamentos desde o retorno da democracia há três décadas. Até o momento, conforme o próprio Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), são pelo menos 27 mortos, 3.583 feridos – 2.050 por algum tipo de bala, bomba ou arma não identificadas – e mais de 320 cegados ou com sequelas graves nos olhos. Iniciados como resposta ao aumento da tarifa do metrô, os protestos se converteram em massivo clamor popular contra a desigualdade e continuam, apesar de várias medidas anunciadas pelo governo para tentar reduzir sua força, entre a convocação de um plebiscito para uma nova Constituição.

LEONARDO WEXELL SEVERO



Estudantes protestam contra declarações do ministro da Educação israelense - foto Moti Milrod

Ministro da Educação de Netanyahu diz que incitar racismo é “trabalho sagrado”

NATHANIEL BRAIA, de Haifa, Israel

Em meio às articulações para formar as chapas que irão concorrer às eleições de 2 de março para o Knesset (parlamento israelense), o ministro da Educação do governo de Netanyahu, Rafi Peretz, encontrou-se com Benzi Gopstein, líder do grupo extremista de direita Lehava (Chama).

No encontro, o ministro referiu-se à prática de incitamento racista de Gopstein – pela qual é indiciado criminalmente – como “trabalho sagrado”.

“Não sei porque se incomodam tanto com o que você faz. Isso é trabalho sagrado”, disse Rafi Peretz, depois que Gopstein apresentou a ele o que o seu grupo para impedir relações entre mulheres judias e homens árabes.

Na mesma reunião, Peretz prometeu que o partido que lidera, Habayt Hayehudi (Casa Judaica), abrigaria em sua lista lideranças indicadas pelo Lehava no partido Otzma Yehudit (Coragem Judaica).

“Ministro da Escuridão”, diz cartaz erguido por estudantes em manifestação de repúdio a declarações de Rafi Peretz

O próprio líder da Lehava, Gopstein, tantas fez que até a Suprema Corte de Israel – que costuma apoiar decisões discriminadoras – o está proibido de se candidatar e o indiciou por “incitamento ao racismo, violência e ‘terrorismo’”.

CRIMES RACISTAS DE GOPSTEIN

A lista de crimes de conteúdo racista de Gopstein é longa:

Em 2012, quando três jovens árabes foram atacados por um grupo de judeus na Praça Zion, em Jerusalém, declarou em entrevista: “A polícia e a mídia estão cometendo um linchamento contra estes jovens judeus. Quando jovens judias são atacadas pelos árabes selvagens, não têm a quem recorrer. Me parece que estes jovens judeus ergueram a honra judaica do chão”.

Leia mais no site

Greve contra reforma da Previdência de Macron chega ao Museu do Louvre

O Museu do Louvre, o mais visitado do mundo, ficou fechado na sexta-feira, 17, com a participação de seus trabalhadores no movimento grevista convocado pelas centrais sindicais francesas contra o projeto que Macron chama de “reforma” e que – se aprovado – causará, segundo cálculos da CGT, perdas em torno de 25% no conjunto das aposentadorias dos franceses.

Em um primeiro momento formou-se uma enorme fila à entrada do museu – cujo número de visitantes ultrapassa 30 mil ao dia – a seguir os turistas se retiraram com a promessa de que aqueles que anteciparam a compra de entradas teriam o dinheiro devolvido.

A brasileira Elaine, citada pela Agência Reuters, foi uma das que ficou sem visitar o museu que abriga uma mostra especial comemorativa dos 500 anos do falecimento de Leonardo da Vinci (o Louvre tem o mais famoso quadro do grande artista, a Mona Lisa, em exposição permanente). “É muito desagradável vir a Paris e

ver o Louvre fechado, mas eu os apoio”, declarou a turista brasileira.

Apesar do recuo do governo francês propondo negociações que se iniciariam com a retirada do item de elevação da idade para a aposentadoria completa de 62 para 64 anos, a maior parte do movimento sindical francês mantém o movimento exigindo a retirada total do projeto de ataque aos direitos previdenciários. O governo quer tornar individuais as condições de aposentadoria, enquanto que a Previdência atual reconhece diferenças existentes nas condições de trabalho de 42 categorias.

Recentemente o corpo de balé do Opera de Paris realizou uma apresentação de dança com a obra O Lago dos Cisnes, de Tchaikovsky,

enquanto se exibia a faixa Ópera de Paris em Greve à entrada do Teatro.

PORTUÁRIOS E ELETRICITÁRIOS

Os portuários têm participado com bloqueios aos portos. Cargueiros trazendo cereais estão estacionados à entrada do porto de Marselha, assim como as balsas de passageiros que trafegam entre a França e a Inglaterra atuam com atrasos constantes. Com a participação dos eletricitários a produção de energia elétrica caiu em 9%. Novas manifestações levaram 200 mil trabalhadores franceses às ruas do país quando se completavam 6 semanas da greve iniciada pelos servidores públicos.



ONU denuncia assassinatos de ativistas e defensores de direitos humanos na Colômbia

O Escritório do Alto Comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos expressou, na terça-feira (14), sua preocupação pela quantidade inaceitável de assassinatos de ativistas sociais na Colômbia, apesar da assinatura de um acordo de paz no país.

O organismo assinalou que 107 defensores de direitos humanos foram mortos em 2019, mas o número real poderia chegar a 120, quando se completarem as investigações. Nos primeiros dias deste ano se denunciaram 10 assassinatos, embora outras cifras assinalam 17.

A grande maioria dos homicídios, quase todos perpetrados por bandos paramilitares e grupos a mando de narcotraficantes, aconteceram em zonas rurais onde a taxa de pobreza supera a média. Algumas dessas áreas estiveram sob o controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), organização que assinou o histórico acordo de paz em 2016 e hoje está dissolvida.

A Marcha Patriótica, que está conformada por mais de 850 organizações operárias, camponesas, indígenas, afro-descendentes, juvenis, estudantis, de mulheres, de bairro, sociais e populares em geral, em 29 dos 32 departamentos da Colômbia, é um dos principais alvos dos crimes. Considerando que o governo do presidente Iván Duque não enfrenta a violência que assola o país, a Marcha pediu uma

reunião de urgência com o presidente para tratar dessa situação. “Continuamos denunciando o incremento da violência sócio-política que se cerne contra os líderes sociais e defensores de Direitos Humanos na Colômbia. As autoridades não podem fechar os olhos a essa realidade”, frisou a entidade.

De acordo com os números que divulgaram, “entre setembro de 2011 e 11 de janeiro de 2020, 222 companheiros e companheiras da Marcha Patriótica foram assassinados e 43 desde a posse [em agosto de 2018] de Iván Duque”.

Insistiram em que o Estado colombiano “não tem tomado as medidas necessárias, eficazes e efetivas para prevenir a continuidade da violência contra nós” e acrescentaram que há uma “atitude inoperante sendo conscientes que o tratamento da grave situação de violência sócio política na Colômbia e, em particular, contra os integrantes de Marcha Patriótica deve ir além das medidas atuais”.

O pedido de audiência para tratar destes graves problemas acontece em um momento de forte mobilização popular contra o governo. No final de novembro último mais de 1 milhão de pessoas se manifestaram no bojo de uma greve geral contra a política de Duque que, segundo denúncias das principais entidades e partidos de oposição, é submisso ao modelo imposto pelo FMI e o ex-presidente Uribe.

Parlamento russo confirma Mikhail Mishustin como novo premiê

O Parlamento russo (Duma) aprovou na quinta-feira (16) o nome de Mikhail Mishustin, indicado pelo presidente Putin, para o cargo de primeiro-ministro, após a renúncia de Dmitry Medvedev e todo o seu gabinete no dia anterior.

Mikhail Mishustin, que ocupava a chefia do Serviço Tributário Federal desde 2010, obteve 383 votos a favor, nenhum contra e 41 abstenções. É a primeira vez desde 1996 que um candidato a primeiro-ministro não recebe votos contra no Parlamento.

O primeiro-ministro russo, Dmitry Medvedev, e o gabinete de governo apresentaram na quarta-feira (15) sua demissão a Vladimir V. Putin. O presidente agradeceu a Medvedev por seu trabalho e pediu para que o resto do governo permanecesse trabalhando até que os nomes fossem escolhidos.

O processo de mudança de governo começou quando o presidente russo propôs uma votação nacional sobre mudar a Constituição com objetivo de transferir mais poderes da Presidência ao Parlamento e ao primeiro-ministro.

“Caro Vladimir Vladimirovich, caros

colegas, todos vocês testemunharam a mensagem do presidente da Rússia, uma vez que o presidente delineou não só as prioridades de trabalho no nosso país para o próximo ano, mas também uma série de mudanças fundamentais na Constituição da Rússia. Essas mudanças, quando adotadas – e muito provavelmente o será após uma discussão, como foi dito – trarão alterações significativas não apenas em vários artigos da Constituição, mas também no equilíbrio de poder em geral”, disse Medvedev após o discurso do presidente Putin na Assembleia Federal realizado no dia 15.

“Neste contexto, é óbvio que nós, como governo da Rússia, devemos dar ao presidente do nosso país a oportunidade de tomar todas as decisões necessárias para este fim. E sob estas condições, creio que seria justo que, de acordo com o artigo 117 da Constituição da Rússia, o governo russo, na sua composição atual, renunciasse”, observou.

Medvedev deverá assumir o cargo de vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, um órgão que aconselha o presidente em assuntos de segurança nacional.

Mulheres fazem marcha em Washington contra políticas pró-bancos de Donald Trump

50 mil mulheres marcharam em Washington no sábado (18), apesar do frio, para repudiar as políticas pró-bancos e corporações do governo Trump e apoiar seu impeachment, assim como reivindicar os direitos ameaçado das mulheres.

“Estou ainda mais indignada do que há três anos”, escreveu Kim Elliott, 40 anos, residente em Washington, no cartaz que ela carregava, assinalou a agência de notícias France Presse.

Acompanhada da filha de 7 anos, que participava com entusiasmo de sua primeira manifestação feminina, ela disse que “sabíamos que Trump seria horrível, mas é ainda pior do que pensamos”.

Com cartazes improvisados denunciando a perseguição de Trump aos imigrantes, os cortes nos programas sociais e as pressões para reverter na Suprema Corte a descriminalização do aborto, as manifestantes marcharam nas imediações da Casa Branca. O ato também condenou a violência contra as mulheres e a impunidade.

A manifestação coincidiu com a denúncia de que o Arquivo Nacional adulterou fotos da grande manifestação de 500 mil mulheres no dia seguinte da posse do bilionário em 2017, para ocultar a contestação a Trump. O órgão foi forçado a se desculpar.

No protesto – que se repetiu em outras cidades, como Nova Iorque – não faltou a ironia e o deboche diante do cinismo de Trump e suas reiteradas alegações de que “não fez nada de errado” para estar sofrendo um processo de impeachment.

Desde o palco, os organizadores agradeceram aos manifestantes presentes, apesar das condições climáticas adversas, “por seu comprometimento, ardor, insolência e tenacidade”.

Casa Branca ameaça confiscar US\$ 35 bilhões das reservas do Iraque no Fed

O presidente Donald Trump ameaçou o Iraque, cujo parlamento aprovou resolução pela retirada das tropas dos EUA do país, com o confisco de US\$ 35 bilhões de dólares em reservas do Iraque em conta no Federal Reserve e com sanções “como nunca visto antes”.

A saída das tropas dos EUA foi votada após o assassinato, por mísseis norte-americanos disparados desde drones, à revelia do Iraque, do principal líder militar iraniano, general Suleimani, durante visita oficial a Bagdá.

Citando duas autoridades iraquianas sob anonimato, a agência de notícias France Presse relatou que uma “mensagem verbal extraordinária” foi transmitida por Washington diretamente ao escritório

do primeiro-ministro iraquiano interino, Adel Abdul-Mahdi.

A chantagem – que depois o próprio Trump confirmou – foi de que “se as tropas dos EUA fossem expulsas, nós – os EUA – bloquearemos sua conta no Federal Reserve Bank em Nova York”.

Essa é a conta que recebe diariamente os pagamentos pelas exportações de petróleo do Iraque, que é o segundo maior produtor de petróleo da OPEP. É essa receita que financia 90% do orçamento iraquiano.

“Somos um país produtor de petróleo. Essas contas estão em dólares. Cortar o acesso significa fechar totalmente a torneira”, disse a primeira autoridade iraquiana à AFP. *Leia mais em www.horadopovo.org.br*

Europeus acionaram o Acordo Nuclear “sob extorsão de Trump”, diz Washington Post

O jornal Washington Post desvendou o mistério por trás do súbito acionamento, pelo chamado EU3 (França, Alemanha e Grã Bretanha) do mecanismo de resolução de disputas sobre o acordo nuclear com o Irã, quando dois ou três dias antes estavam com um posicionamento bem diferente. Foi um ultimato de Trump, ameaçando impor sobretaxa de 25% sobre os carros europeus importados, o que uma fonte classificou ao Post de “extorsão”.

Na terça-feira, em conjunto, Paris, Londres e Berlim anunciaram que iniciariam esse procedimento, previsto no acordo, e que abre caminho para a reimposição das sanções da ONU, que foram revogadas com o acordo.

Supostamente, a ativação do mecanismo se deveria ao anúncio, de parte de Teerã, que não mais acataria os limites do acordo – o que tem feito com base em dois artigos do próprio tratado, que protegem o Irã em caso de outros signatários deixarem de cumprir a sua parte – após o assassinato do principal líder militar iraniano, general Suleimani, durante visita ao Iraque, por ordem de

Trump.

Apesar de ter anunciado que não mais seria o único a cumprir o acordo, quando as outras partes não fazem o que se comprometeram, o Irã continua mantendo o monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e signatário do Tratado de Não-Proliferação. O regime de inspeção aceito pelo Irã no acordo de 2015 é mais rigoroso do que as normas do TNP.

Assim, o alarde sobre que o Irã estaria na ‘iminência’ de ‘construir uma bomba atômica’ não passam da atualização do conto do vigário das ‘armas de destruição em massa de Sadam’.

O governo do Irã deixou claro que os limites serão restaurados, assim que cessem as sanções que violam o acordo e a Resolução do Conselho de Segurança da ONU que o consagrou.

As sanções contra o Irã – que o próprio Trump chama de “pressão máxima” – tentam fazer o país se render pela fome, com Trump proibindo qualquer país do mundo de comprar petróleo iraniano, que é a principal fonte de divisas para o país comprar tudo que ainda não fabrica.

China e Estados Unidos assinam acordo comercial



O vice-premiê chinês Liu He e Trump assinaram a 1ª fase do acordo comercial

Procurador de Nuremberg: “assassinato de Suleimani é violação da lei pelos EUA”

O recente assassinato do general Qassem Suleimani, comandante militar do Irã, representou “claramente” uma violação da “lei nacional e internacional” pelos Estados Unidos, denunciou Benjamin Ferencz, único promotor vivo entre os que participaram dos julgamentos de nazistas por tribunais americanos em Nuremberg, na Alemanha.

Na sua avaliação, a ordem de Donald Trump para “eliminar” o comandante iraniano é a opção dos que “parecem preferir guerra à lei”, esparramando “perigo mortal” pelo planeta e indo na contramão da Carta das Nações Unidas, do Tribunal Penal Internacional (TPI) e da própria Corte Internacional de Justiça, principal órgão da ONU.

“Como advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Harvard que escreveu extensivamente sobre o assunto, vejo tal ação imoral como uma clara violação do direito nacional e internacional”, escreveu Ferencz, em carta ao New York Times.

Atualmente com 99 anos, Ferencz foi o promotor-



Benjamin Ferencz, procurador-chefe em Nuremberg, na sala onde os criminosos de guerra foram condenados

chefe de um dos 12 tribunais instalados entre 1946 e 1949 para julgar os crimes de guerra nazistas, responsável pelo processo contra os líderes dos esquadrões da morte da SS que operavam na linha de frente nazista no Leste Europeu. Todos os 22 homens acusados de crimes contra a Humanidade foram condenados, dos quais 13 à morte.

Nascido na Romênia, de onde imigrou para os EUA em 1921 fugindo da perseguição de judeus

húngaros, serviu no Exército americano na Segunda Guerra e integrou a equipe responsável para recolher provas de crimes do regime de Hitler. Professor universitário, publicou diversos livros sobre direito internacional e crimes de guerra, tendo atuado nos anos 1990 para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), que julga acusados de crimes de guerra e contra a humanidade. Foi um dos maiores críticos da não-ratificação do TPI pelo então presidente George W. Bush.



Membros do Exército Brasileiro recebem uma delegação da Marinha Russa - com o Cônsul do país - na homenagem aos Pracinhas no Rio de Janeiro

Comitiva russa homenageia pracinhas brasileiros mortos na Segunda Guerra

Uma comitiva russa na terça-feira (14) o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, na última terça-feira, para prestar uma homenagem aos pracinhas brasileiros que deram suas vidas pela libertação da humanidade.

“Este ano completam-se 75 anos do dia da vitória contra a Alemanha fascista na Grande Guerra pela Pátria [Segunda Guerra Mundial], porque a guerra ainda continuou contra o Japão, mas no ano de 1945 foi tomada Berlim. Essa data não é fácil para nós, porque em cada família russa existem parentes que participaram desta batalha”, declarou Oleg Osipov, chefe do departamento de navegação e oceanografia do Ministério da Defesa da Rússia.

A existência de um mo-

numento dedicado aos brasileiros que participaram e morreram na Segunda Guerra é um motivo de orgulho, assinalou Oleg, destacando a importância de “homenagear a memória dessas pessoas que lutaram heroicamente e foram nossos aliados”. “Para nós, esse é um evento importante”, frisou.

Após serem recepcionados pelo Coronel Franz Rommel França do Nascimento, diretor do Monumento Nacional os integrantes da comitiva russa depositaram uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido e realizaram uma visita acompanhada ao local.

Capitão de Mar e Guerra, Oleg coordena uma expedição de volta ao mundo, que vem sendo realizada pelo navio Ad-

miral Vladimírsky, da Marinha russa, dedicada aos 200 anos da descoberta da Antártica, que fez escala no Rio de Janeiro entre 10 e 14 de janeiro.

“A nossa expedição marca os 200 anos da descoberta da Antártica. Exatamente há 200 anos, dois dos mais importantes navegadores russos Fabian Gottlieb von Bellingshausen e Mikhail Lazarev partiram em busca do continente do Sul. Naquele momento ninguém sabia de sua existência”, observou Oleg Osipov.

De acordo com o comandante russo, “a tarefa da expedição é pesquisar os oceanos do mundo. Nós pesquisamos as propriedades hidrográficas da água, o campo magnético da Terra, o campo gravitacional da Terra, fazemos observações hidrográficas”.

Acordo duramente conquistado abre trégua na guerra comercial iniciada e escalada por Trump

O presidente norte-americano, Donald Trump, e o vice-primeiro-ministro da China, Liu He, assinaram na quarta-feira (15), na Casa Branca em Washington o chamado acordo Fase 1, cuja essência é o aumento na compra de produtos norte-americanos pela China no total de US\$ 200 bilhões adicionais ao longo de dois anos (em relação ao patamar de 2017) – o que inclui US\$ 50 bilhões em produtos agrícolas – em troca da suspensão do aumento programado de tarifas dos EUA sobre importações chinesas e redução pela metade, para 7,5%, de uma das sobretaxas já em vigor.

O acordo congela a guerra comercial que já durava 22 meses, com Trump se comprometendo publicamente com que todas as tarifas “serão removidas assim que terminarmos a fase 2”. Em carta que foi lida na cerimônia, o presidente chinês Xi Jinping saudou o acordo de 86 páginas, que considerou “bom para a China, bom para os EUA e bom para o mundo” e que demonstra que os dois países podem superar suas diferenças “através do diálogo”.

PRINCÍPIOS

Na segunda-feira, de Pequim partira a confirmação de que as duas partes haviam concordado com o texto do acordo “baseado nos princípios da igualdade e do respeito mútuo”. No ano passado, a tentativa de Washington de vetar o desenvolvimento da China na alta tecnologia e de impor ditames que teriam inclusive que virar leis na China haviam levado as conversações ao colapso.

O principal negociador comercial chinês, Liu He, comemorou que o acordo “está em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio” – que o regime Trump acaba de imobilizar ao sustar a indicação dos juizes das pendências comerciais –, “não está direcionado contra qualquer terceiro país” e gerará “crescimento econômico e paz mundial”.

O jornal chinês de língua inglesa Global Times, que funciona como uma espécie de megafone do governo de Pequim para as declarações mais polêmicas, havia há mais de um mês considerado o acordo que vinha sendo tentado como uma “trégua” na guerra comercial EUA-China, mas agora considera que é preciso “valorizar” o acerto alcançado.

Jornais como o New York Times e o Financial Times se referiram ao acordo como uma “pausa” na guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo (que, aliás, Trump dizia “ser fácil” de ganhar).

Washington aceitou retirar a pífia acusação de que a China era “manipuladora da moeda” para obter vantagem no comércio, imposta em agosto passado. Recuou que foi considerado uma “boa notícia” pelo ex-vice-secretário assistente do Tesouro, Mark Sobel. Ele disse à agência de notícias Xinhua que essa designação era flagrantemente “política” e “errática”. Ele observou que o superávit em conta corrente da China é pequeno como parcela do PIB e que há “pouca intervenção”.

A China antecipou algumas medidas da sua política de “reforma e abertura”, deixando de lado para alguns setores a norma de joint venture de multinacional com empresa chinesa para produzir para o mercado chinês e, ainda, no setor financeiro, amplamente dominado pelos gigantes bancos estatais chineses.

Sob a guerra comercial desencadeada pelo presidente bilionário, as exportações norte-americanas para a China caíram 11% no ano passado (uma perda de US\$ 100 bilhões) e, para algumas commodities agrícolas, como a soja, praticamente foram zeradas, após o colap-

so das negociações.

As sobretaxas de Trump também causaram dano e acarretaram desaceleração da economia mundial. As tarifas impostas por Trump custaram às empresas americanas US\$ 46 bilhões desde fevereiro de 2018, de acordo com análises dos dados oficiais dos EUA.

Pelo Fase 1, os EUA cancelaram as novas tarifas sobre US\$ 156 bilhões em produtos chineses que iriam entrar em vigor em dezembro e reduziram de 15% para 7,5% a sobretaxa sobre US\$ 120 bilhões em produtos chineses. Até que se concretize o acordo Fase 2, permanece a tarifa adicional de 25% sobre US\$ 125 bilhões em importações chinesas.

Para Trump, o acordo Fase 1, ou “pausa”, ou “trégua”, chega em boa hora, já que é ano eleitoral e sua base entre os produtores agrícolas já estava entrando em desespero. E, claro, ele irá se gabar de sua excelência na arte de negociar.

Em outras áreas, o confronto continua abertamente. Washington mantém pressão cerrada contra a Huawei, que lidera mundialmente a tecnologia 5G, inclusive mantendo sob pedido de extradição a diretora e filha do fundador, Meng Wanzhou, além de proibir o fornecimento de componentes como chips e software. Na semana passada, ameaçou com sanções a China se continuar comprando petróleo iraniano.

Para a CNN, a guerra comercial não irá parar: “os dois lados estão mantendo tarifas substanciais. Cerca de dois terços de todas as importações americanas da China – ainda estarão cobertas pelas tarifas após a assinatura do acordo, segundo análise de dezembro do Peterson Institute for International Economics. Mais da metade das exportações dos EUA para a China também estaria sujeita a tarifas retaliatórias, disse o Instituto.” Uma consultoria estimou em 19% a tarifa média, contra 3% antes do conflito econômico.

De acordo com o Global Times, citando “analistas chineses”, “espera-se que a assinatura do acordo comercial da primeira fase ofereça certa segurança e alívio para as empresas de ambos os países e ao redor do mundo, mas resta saber se as duas maiores potências econômicas conseguirão aproveitar o momento para abordar suas diferenças consideráveis em uma ampla gama de questões de maneira construtiva”.

NOVO CICLO

“O acordo da primeira fase significa que a China e os EUA entraram em um novo ciclo relativamente previsível”, disse ao jornal Li Yong, vice-presidente do comitê de especialistas da Associação Chinesa de Comércio Internacional. “Será capaz de ajudar a revitalizar a cadeia de valor global interrompida pela guerra comercial e remediar pelo menos parte das perdas”.

Para o ex-vice-ministro do Comércio, Wei Jianguo, “a sinalização geral do acordo da fase 1 é muito maior do que o conteúdo do acordo em si”. “É um benefício para o mundo que as maiores e segundas maiores economias do mundo tenham atingido a chave de pausa na guerra comercial.” Na opinião de Wei, a China foi capaz de montar uma “defesa robusta”, tendo como centro a soberania e direito ao desenvolvimento, e insistiu nas consultas aos EUA. Acabou prevalecendo a compreensão mútua de que a guerra comercial “não era do interesse de ninguém” e como resultado os EUA “diminuíram sua posição dura e a sinceridade e a resiliência da China prevaleceram diante do bullying e das táticas de pressão máxima”.

ANTONIO PIMENTA

Xi Jinping: Melhorar a conduta do Partido na China, construir um governo limpo e combater a corrupção

O artigo que ora publicamos, escrito em 12/01/2016, integra o segundo volume da coletânea "A Governança da China", discursos e textos de autoria do líder Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da República Popular da China.

O livro, lançado no Brasil em 29 de outubro último, em cerimônia realizada no Palácio dos Bandeirantes, traz o conteúdo principal do pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características

chinesas.

No capítulo da ética na política, seguindo as melhores tradições do comunismo internacional, Jinping resalta a incompatibilidade absoluta entre a ideologia comunista e a corrupção, bem como a necessidade de um combate implacável à própria corrupção e às condutas nocivas a ela associadas: degeneração política, cobiça pelo vil metal, vida decadente, hedonista e extravagante.

XI JINPING

Nosso partido é a chave para o sucesso da fase decisiva da materialização de uma sociedade moderadamente próspera. Nós nos comprometemos a "ser um forjador forte para fazer o ferro" e também a administrar de forma integral e rigorosa o Partido. Nos últimos três anos, empenhamo-nos em resolver os problemas de indulgência, afrouxamento e fraqueza na administração e na disciplina do Partido e em estabelecer mecanismos dissuasivos, de modo que ninguém possa, deseje ou ouse se corromper. Com isso a tendência esmagadora da luta contra a corrupção está ganhando forma.

A determinação do Comitê Central do PCC para combater a corrupção não mudou, tampouco mudou o seu objetivo de frear a tendência de propagação de fenômenos de corrupção. Todos os camaradas do Partido devem ter confiança suficiente na determinação do Comitê Central para levar adiante essa luta, nos seus resultados obtidos, na energia positiva que esta luta tem fornecido e no brilhante futuro da luta anticorrupção.

Ao mesmo tempo, devemos estar cientes de que continuamos enfrentando uma situação severa e complexa na construção da conduta do Partido e do governo limpo, assim como no combate à corrupção. Analisando os casos de violação da disciplina e da lei por parte dos quadros de alto escalão investigados desde o 18º Congresso Nacional do Partido em 2012, grande parte dos corruptos cometeram ao mesmo tempo erros de degeneração política, cobiça por interesses econômicos, vida decadente e estilo arbitrário no trabalho. Desde o 18º Congresso Nacional do Partido, o Comitê Central tem exigido repetidamente que os quadros dirigentes cumpram rigorosamente a disciplina e as regras políticas. No entanto, alguns ignoram essas exigências, criam camarilhas em benefício próprio, estabelecem facções e se entregam à busca por poder e cargos; alguns, sabendo que a organização não os indicou como candidatos ao próximo mandato, ordenam seus seguidores a fazerem propaganda e buscarem votos para eles e praticam atividades à margem da organização; alguns, com grandes ambições políticas, apregoam o desejo de "entrar em Zhongnanhai (sede da liderança central) quando vivos" e "entrar no Cemitério de Babaoshan quando mortos"; alguns transformam a localidade de seu governo em um "reino independente", criam panelinhas, promovem facções, acatam em público as decisões do Comitê Central e as desatam no particular, além de utilizar todos os meios para concretizar suas ambições políticas individuais.

Estes problemas são vitais

e dizem respeito à segurança política do Partido e do Estado. Acaso não é esta uma questão política? Ainda devemos guardar silêncio sobre esta questão ou falar dela de maneira evasiva? "Arde o desejo para ver os pinheiros novos crescendo mil metros de altura, assim como o desejo para ver os bambus daninhos serem cortados pela raiz por mais numerosos que sejam". Se não erradicamos o mal pela raiz, ele pode renascer a qualquer momento como se fosse um fogo sob cinzas apagadas que ressurgiu aproveitando o sopro do vento, o que não só deteriorará nosso entorno político como também prejudicará a confiança dos militantes e do povo no Partido. Se houver uma recaída para o mal ou o ressurgimento da corrupção, o povo ficará decepcionado. Por isso, não assumimos uma promessa por mera medida circunstancial, mas temos de honrá-la verdadeiramente.

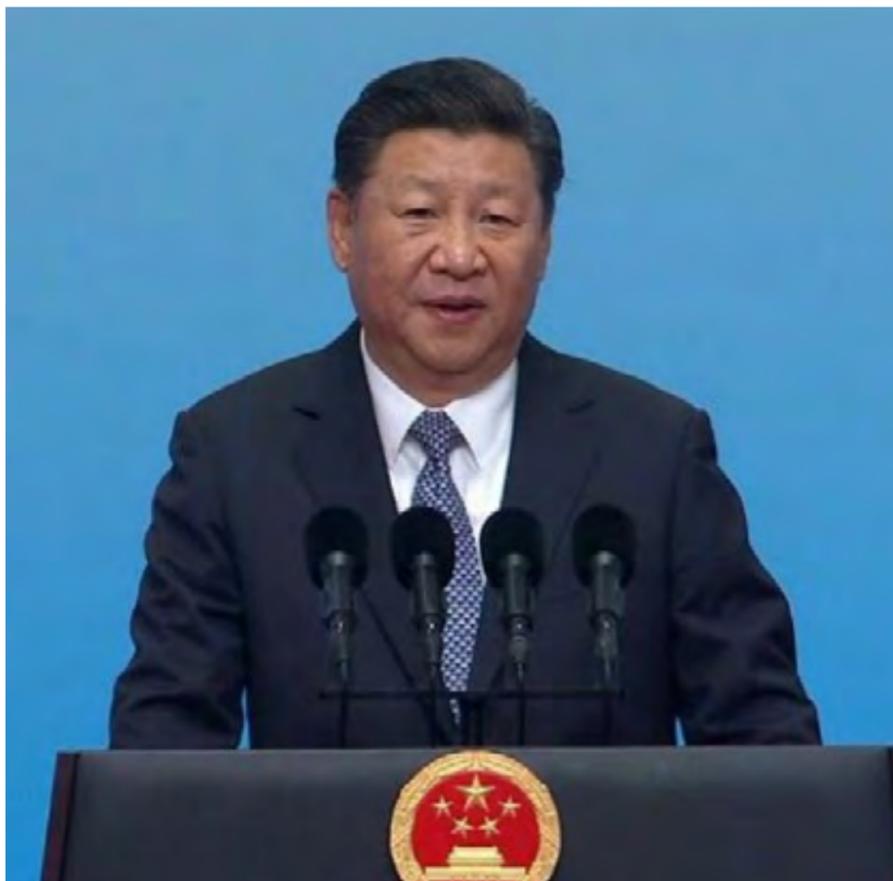
Atualmente, o problema da corrupção ainda existe. Alguns quadros, confiantes ainda na sorte de escapar, usam a "tática do movimento torneante" e continuam a vender cargos oficiais, conceder terrenos, disputar projetos ilegalmente e receber subornos em milhões, dezenas de milhões e até centenas de milhões de yuans por meios ilícitos; alguns tentam mentir e resistir ao Partido, escondem os subornos e bens desfalcados e combinam em conluio com outros envolvidos na tentativa de fugir da punição da disciplina do Partido e da lei do Estado. Eles provocam propositalmente alguns ruídos na sociedade para criar confusão na opinião pública, imaginando que possam aproveitá-la para escapar. Aparentemente, as "quatro condutas nocivas" — formalismo, burocratismo, hedonismo e extravagância — foram reprimidas, mas ainda não desapareceram totalmente. Muitos dos quadros dirigentes investigados e sancionados desde o 18º Congresso Nacional do Partido não desistiram do hedonismo e da extravagância, continuando a se entregar aos prazeres, banquetes e luxúria. Eles continuaram seguindo o caminho errado, e alguns praticavam as "quatro condutas nocivas" sob novas formas. A realidade demonstra que a administração integral e rigorosa do Partido continua sendo uma tarefa árdua e que precisamos manter uma alta pressão contra a corrupção.

Em 2016, devemos trabalhar conforme as exigências gerais para a construção da conduta do Partido e do governo limpo e para o combate à corrupção, isto é:

— implementar plenamente os princípios orientadores determinados pelo 18º Congresso Nacional do Partido e pelas 3ª, 4ª e 5ª sessões plenárias do 18º Comitê Central;

— levar adiante de maneira coordenada as "quatro disposições estratégicas integrais" e manter a firmeza política;

— promover a administração integral e rigorosa do Partido conforme os seus regulamentos e regras, cumprir com a responsabilidade e as



Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da República Popular da China. (Foto: Diário do Povo)

estabelecer e aperfeiçoar o mecanismo de informação sobre a investigação de responsabilidades e de casos típicos. Devemos integrar a responsabilização com outros meios de supervisão e regularizá-la para que todos cumpram suas atribuições e a disciplina partidária de maneira efetiva.

Segundo, persistir sempre na melhora da conduta do Partido.

A questão da conduta é essencialmente uma questão sobre o espírito do Partido. Para nós comunistas, a conduta do Partido é um importante critério com que se mede a nossa convicção no marxismo, no socialismo e no comunismo, além da nossa lealdade ao Partido e ao povo. Devemos retificar qualquer violação das regras partidárias mediante a disciplina rigorosa e detectar e punir todo tipo de condutas nocivas, não importa quantas sejam e como elas se metamorfoseiam. Ao atermos à melhora da conduta do Partido, temos de "retornar à simplicidade original", "fortalecer nossa base e recuperar a vitalidade" e valorizar a excelente cultura tradicional da nação chinesa, ao mesmo tempo que consolidamos o espírito do Partido.

Aqui, gostaria de enfatizar a questão da conduta na vida familiar. Dentre os casos de corrupção investigados nos últimos anos, vemos que a conduta decadente na vida familiar foi um importante fator que incitou alguns quadros dirigentes a cometerem graves violações de disciplina partidária e da lei do Estado. Vários quadros dirigentes não estavam envolvidos apenas no tráfico de influência, como atuavam em convivência com seus familiares, que recebiam subornos nos bastidores, enquanto seus filhos, aproveitando-se da influência dos pais, se enriqueceram com atividades comerciais e bens ilegais. Alguns quadros dirigentes utilizavam sua rede de contatos e reputação, acumuladas ao longo da sua carreira profissional, para beneficiar economicamente seus filhos por meios ilícitos.

Não devemos subestimar os prejuízos deste tipo de comportamento. Como diziam os ditados antigos, "Quem quiser governar o país, deve primeiro pôr em ordem a própria família e endireitar o próprio comportamento", "um funcionário pode perder o emprego e ter a família arruinada se não controlar o comportamento do seu filho, genro e cunhado" e "o coração não deve ir contra a lei do universo, o comportamento deve servir de exemplo para as gerações futuras."

Os revolucionários da velha geração são exemplos para nós no cultivo da boa conduta familiar. Todos os quadros dirigentes devem dar destaque a essa questão, manter a integridade própria e de sua família, administrar bem a si próprios e, ao mesmo tempo, administrar bem seus cônjuges, filhos e funcionários com quem trabalham.

Leia a íntegra no site

atribuições contempladas pelo Estatuto do Partido e se focar na aplicação da supervisão, a execução da disciplina e a responsabilização;

— tratar tanto os sintomas quanto a raiz dos problemas, promover a inovação sistêmica e de mecanismos e completar as instituições e regulamentos;

— reforçar a supervisão dentro do Partido, colocar a disciplina em primeiro lugar, continuar implementando os "oito requisitos" formulados pelo Comitê Central do Partido;

— concentrar forças para resolver os problemas de práticas errôneas e de corrupção que acontecem no cotidiano das massas populares e reprimir resolutamente a tendência da expansão da corrupção;

— formar um contingente de profissionais de inspeção e supervisão disciplinares que sejam fiéis ao Partido, limpos e corajosos para honrar a responsabilidade.

Tudo isso objetiva novos resultados na melhora da conduta do Partido, na construção do governo limpo e no combate à corrupção.

Para lograr êxito nos trabalhos deste ano, devemos ater-nos aos seguintes aspectos:

Primeiro, respeitar o Estatuto do Partido e cumprir rigorosamente suas normas e regulamentos.

Para administrar integral e rigorosamente o Partido, devemos primeiro respeitar o seu Estatuto. O Programa Geral do Estatuto estipula que o Partido deve se administrar e se autodisciplinar com rigor. Esse é o princípio fundamental da construção partidária. O seu artigo 37º estabelece: "Os organismos do Partido têm a obrigação de aplicar a disciplina com rigor e defendê-la". Isso indica a exigência concreta sobre as responsabilidades principais. Os comitês do Partido em todos os níveis devem seguir a disposição estratégica sobre a administração integral e rigorosa do Partido tanto no pensamento quanto em medidas e colocar a disciplina em primeiro lugar. Se alguém cometer um erro, devemos criticá-lo e fazê-lo se envergonhar. Se alguém cometer erros graves, ação ou punição disciplinar deve ser aplicada pelas organizações partidárias. Os secretários dos comitês do Partido são os primeiros responsáveis e devem assumir a sua responsabilidade política pela administração integral e

rigorosa do Partido.

Não se deve recusar fazer o bem por mais insignificante que isso pareça, nem se deve praticar o mal por menor que ele seja. Se tivéssemos prestado atenção à disciplina rigorosa, quantos casos de violação da lei teríamos evitado?

No passado, costumávamos adotar uma atitude de "tolerância" e "condescendência" com as práticas errôneas, desde que estas não violassem a lei, mas se violassem a lei, deixávamos que a lei tratasse dos infratores.

Isso é uma atitude irresponsável para com o Partido e seus quadros. De acordo com a Força Aérea, para formar um piloto necessitamos investir nele um valor em ouro equivalente ao seu peso. Quanto custa, então, a preparação de um quadro dirigente a nível ministerial e provincial? Muitos dos nossos quadros começaram desde os níveis de base, ascenderam lentamente e cresceram na hierarquia, mas, finalmente, tomaram um passo errado e acabaram se arruinando. Há sempre indícios das irregularidades naqueles que violam a lei, por que não vamos ajudá-los a entender a essência de seu problema e resolvê-lo antes que seja tarde demais? Por isso, temos de colocar a disciplina em primeiro lugar.

Os dois documentos — "Normas do Partido Comunista da China sobre Integridade e Autodisciplina" e "Regulamento do Partido Comunista da China sobre Ação Disciplinar" — que entraram em vigor em janeiro deste ano, estipulam de maneira clara os critérios exigentes aos militantes e as regras para a administração e o disciplinamento do Partido.

Temos os critérios e as regras como espadas de ação disciplinar e supervisão na mão e devemos orientar as forças efetivas na sua implementação. Os comitês do Partido e as comissões de inspeção disciplinar em todos os níveis devem intensificar, em primeiro lugar, a supervisão e a inspeção sobre o cumprimento do Estatuto do Partido e a aplicação das linhas, diretrizes, políticas e decisões do Partido, especialmente sobre a implementação dos princípios orientadores do 18º Congresso Nacional do Partido e das 3ª, 4ª e 5ª sessões plenárias do seu 18º Comitê Central, bem como das importantes decisões do Comitê Central do Partido, de

modo a assegurar a coesão e a unidade de todo o Partido e a aplicação efetiva das ordens e políticas do Comitê Central.

O poder implica em responsabilidade e quanto maior o poder, maior a responsabilidade. Ao cobrar responsabilidades, não devemos atuar aos impulsos afetivos nem demonstrar piedade, mas trabalhar a sério e com firmeza para pôr em prática o papel dissuasivo da disciplina.

Em 2014, investigamos o caso de suborno nas eleições locais de Hengyang, província de Hunan, exigimos a responsabilização e aplicamos uma ação punitiva conforme as regras partidárias e administrativas para 467 infratores, dos quais 69 foram transferidos aos órgãos do Judiciário. No ano passado, investigamos o caso de compra de votos em Nanchong, província de Sichuan, aplicando sanções severas a todos os 477 envolvidos. Os dois casos foram de extrema gravidade e desafiaram nosso partido e nosso sistema democrático socialista. Ao investigar esses casos e exigir a responsabilização, mostramos de maneira bem clara nossa posição de investigar qualquer negligência e de aplicar a disciplina com rigor.

Este ano, vai começar a renovação das equipes de liderança locais. Temos de tornar mais rigorosas as disciplinas políticas e organizacionais e reforçar a exigência da responsabilidade e a supervisão para garantir um ambiente limpo e honrado nas eleições. Devemos investigar os casos típicos e cobrar responsabilidades de forma séria quando ocorrerem, em qualquer localidade, departamento e entidade, problemas como

— falta da liderança do Partido;

— desvio das linhas, diretrizes e políticas do Partido;

— falta de rigor e firmeza na administração e disciplinamento do Partido;

— falta de supervisão na seleção e utilização de pessoal;

— graves problemas como as "quatro condutas nocivas" e corrupção;

— ineficácia das visitas de inspeção disciplinar e da correção, entre outros.

Devemos exigir tanto a responsabilidade principal e a responsabilidade de supervisão, quanto a responsabilidade de liderança do nível imediatamente superior e de organismos partidários concernentes. É preciso aperfeiçoar e regulamentar os trabalhos de responsabilização,